

Cartilha 25

# RESOLUÇÕES DA 5ª ASSEMBLEIA NACIONAL



Zilda  
Xavier

13 A 17 DE NOVEMBRO DE 2017  
FORTALEZA | CEARÁ



Consulta Popular

**RESOLUÇÕES DA 5ª ASSEMBLEIA NACIONAL  
DA CONSULTA POPULAR  
"ZILDA XAVIER"**





# SUMÁRIO

Apresentação.....	05
<b>I Estratégia do Projeto Popular.....</b>	<b>07</b>
Leito histórico revolucionário da América Latina.....	09
Correlação de forças internacional e estratégias revolucionárias.....	12
<b>II Nossa tática.....</b>	<b>23</b>
A atual crise capitalista e seus impactos para a América Latina.....	25
As tarefas dos revolucionários no Brasil.....	35
A atual correlação de forças e os riscos de uma derrota estratégica....	39
<b>III Compromissos Organizativos.....</b>	<b>53</b>
Desafios para o próximo período.....	62
Carta Da 5ª Assembleia Nacional Zilda Xavier.....	64



# APRESENTAÇÃO

Ao completar o seu vigésimo aniversário, a Consulta Popular realizou sua V Assembleia Nacional “Zilda Xavier” entre os dias 13 e 17 de novembro de 2017 em Fortaleza(CE). Mais de 850 lutadores e lutadoras do povo brasileiro de 24 estados debateram a crise brasileira e aprovaram resoluções sobre estratégia, tática e organização da classe trabalhadora. As resoluções da V Assembleia Nacional são o resultado de diversos debates preparatórios que envolveram militantes e núcleos de todas as regiões. Foram editados cadernos de debates, realizados seminários, plenárias e reuniões que proporcionaram um debate coletivo sobre a crise de destino pela qual passa o nosso país.

Todo este processo preparatório ocorreu no calor da luta contra o golpe, em defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos sociais. A Consulta Popular fez um esforço de caracterização da nova situação política que se constituiu no Brasil. O golpe sobre a democracia brasileira com o impeachment sem crime de responsabilidade da presidenta Dilma Rousseff, o avanço da restauração neoliberal, a perseguição ao ex-presidente Lula e à esquerda, assim como a aplicação de medidas de exceção sinalizam que devemos nos preparar para novas tarefas políticas e organizativas.

Diante da derrota estratégica sofrida pela esquerda brasileira, a Consulta Popular definiu que deveríamos dar um salto de qualidade em torno dos seguintes desafios: a) a estratégia política; b) o projeto nacional; c) a unidade das forças democráticas e populares em torno da Frente Brasil Popular; d) a construção de força própria; e) o fortalecimento político-organizativo da Consulta Popular.

Avançar neste conjunto de desafios significará contribuir para preparar uma eficiente defensiva estratégica que objetive garantir a defesa e a preservação das forças sem cair na passividade na luta de classes. A arte da defesa ativa é fazer fracassar o cerco do inimigo e acumular forças para contra-atacar e passar para a ofensiva.

A Consulta Popular reafirma sua vocação antiimperialista, sua fidelidade ao povo brasileiro e seu compromisso com o Projeto Popular e a Revolução Brasileira. Esperamos com a publicação destas resoluções contribuir para jogar luz em questões que estão em debate neste momento de luta e resistência do povo.

Somos a Consulta Popular.

Pátria Livre, venceremos!

Direção Nacional da Consulta Popular.





# I ESTRATÉGIA DO PROJETO POPULAR O LEITO HISTÓRICO REVOLUCIONÁRIO



# DA AMÉRICA LATINA

1. **A vitória da Revolução Cubana demonstrou a necessidade da conquista do poder de Estado como centro de uma estratégia revolucionária.** Seu exemplo retomou o caminho estratégico inaugurado pela Revolução Russa. Foi o exemplo dos revolucionários cubanos que possibilitou romper com as concepções em voga no movimento comunista internacional daquele período, retomando o princípio de que “o dever do revolucionário é fazer a revolução”. **Uma nova geração entrou em luta, revigorando o pensamento revolucionário. Embora o eixo diferenciador tenha sido a forma armada, a revolução cubana representou a retomada da iniciativa, da capacidade de construir-se a partir da ação e a compreensão da centralidade do conquista do poder de Estado como objetivo central.** Essa ideia, formulada em julho de 1967, quando se realiza em Havana a Primeira Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), prosseguirá até o final da década de 90, consolidando uma concepção estratégica que identifica como inimigos principais o imperialismo e as classes e frações que potencialmente o apoiam, o sujeito da revolução e as alianças necessárias, a combinação de formas de luta e o caráter do programa. Tal concepção estará presente no triunfo revolucionário sandinista em 1979, nos processos revolucionários de El Salvador, Granada, Guatemala e Colômbia, influenciando decisivamente nas definições programáticas das principais organizações de esquerda de nosso continente.

2. **A concepção estratégica centrada na conquista do poder de Estado não descarta a disputa institucional, identificando as vitórias eleitorais nas máquinas administrativas como um passo importante para o acúmulo de forças.** No Brasil, essa perspectiva teve influência sobre o PT, que em seu 5º Encontro Nacional (1987) adotou formulações que ficaram conhecidas como “Programa Democrático Popular”. A resolução de 1987 afirma:

E mais adiante: “(ate) Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de conti-

nuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc. deixadas pelo capitalismo.”

“nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopólio – tarefas não efetivadas pela burguesia – tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas a que se propõe exige a adoção concomitante de medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrática popular, e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma

A conquista-fase democrática e popular”  
ta eleitoral

do governo federal não é confundida, nessa resolução, com a “conquista do poder de Estado”, cuja viabilização exigirá uma “ruptura revolucionária”. Em resumo, as definições estratégicas consideravam que a vitória do PT no governo federal se daria num contexto de “radicalização da luta de classes”. A conquista de prefeituras, cadeiras no parlamento e governos estaduais integraria um processo de acúmulo de forças.

**3. A compreensão, assimilação e esforço de formulação em torno de uma estratégia centrada na conquista do poder de Estado são elementos constitutivos de nossa organização.** A 3ª Assembleia Nacional da Consulta Popular “Apolônio de Carvalho”, realizada em Belo Horizonte (MG) em 2007, coroou um longo e contínuo processo nacional de debates com a definição do nosso “Programa Estratégico”. Nos inspiramos em um documento histórico de extrema atualidade: “A Crise Atual do Im-

perialismo e os Processos Revolucionários em América Latina e Caribe”, firmado pela intervenção do comandante da Revolução Cubana Manuel Piñero Losada na Conferência Teórica Internacional de Havana, em 1982. Em sua exposição, ele sistematiza o acúmulo das organizações integrantes do leito histórico revolucionário em nosso continente. Tal construção estratégica, cujo objetivo central é possibilitar uma transição ao socialismo, reconhece o caráter nacional, democrático e popular do programa revolucionário, das alianças necessárias e possíveis e da combinação tática que possibilita diferentes caminhos para a tomada do poder. O cerne dessa formulação têm nítida identidade tanto com a formulação da nossa 3ª Assembleia Nacional, quanto com as resoluções adotadas no 5º Encontro Nacional do PT.

(...) “Para os marxistas-leninistas, o problema central da revolução é a tomada do poder. Isto significa propiciar as condições materiais e subjetivas que permitam fazer avançar ininterruptamente o processo rumo à etapa socialista. A primeira e mais importante destas condições é a destruição do aparelho estatal burguês e sua suplantação por um Estado revolucionário baseado na hegemonia do proletariado em estreita aliança com as demais classes e setores populares. Esta ruptura histórica é insubstituível em toda revolução verdadeira.”

(...) “Nem todos os componentes do Estado burguês podem ser destruídos ao mesmo tempo, nem com iguais métodos. No entanto o núcleo do aparelho do Estado, sua força repressiva, é a chave para conseguir o domínio sobre o resto do corpo estatal; portanto, sua destruição é a prioridade indispensável e definitiva do triunfo de qualquer revolução. O aparelho repressivo é, em última instância, aquilo que garante à burguesia a conservação do poder, como se torna evidente nas situações de crise.”

(Manuel Piñero Losada na Conferência Teórica Internacional de Havana, em 1982).

# CORRELAÇÃO DE FORÇAS INTERNACIONAL E ESTRATÉGIAS REVOLUCIONÁRIAS

4. O fim da URSS e das demais experiências de transição socialista do leste europeu alteraram a correlação de forças nos planos militar, político, econômico e ideológico, inaugurando um período de defensiva estratégica para a classe trabalhadora em todo o mundo, ao longo da década de 90. A defensiva, especialmente no terreno ideológico, produziu enorme impacto na maioria das organizações de esquerda. Tais impactos, somados a uma correlação de forças desfavorável e à blindagem econômica e jurídica do neoliberalismo, implicaram alterações programáticas na grande maioria das organizações de esquerda, como apontamos no texto “Sobre o Instrumento Político” (2005). A URSS e os países do leste europeu também representavam uma decisiva **retaguarda estratégica**, nítida em episódios como a “Crise dos Mísseis”, em outubro de 1962, e no apoio econômico e militar tanto aos processos de libertação nacional na África e Ásia, quanto à Revolução Sandinista, a partir de 1979.

A ausência dessa “retaguarda estratégica” representada no plano geopolítico e militar pela URSS e seu campo de países, não alterou a correção do objetivo estratégico centrado na conquista do poder de Estado. No entanto, a correlação de forças internacional desfavorável implicou na diminuição do ritmo de luta dos revolucionários em cada país, e na necessidade de construção de alianças com outros blocos que também enfren-tem a potência hegemônica. Soma-se a isso o impacto da reestruturação produtiva e o conseqüente enfraquecimento das organizações sindicais; e a ofensiva neoliberal na década de 1980/1990 com a retirada de direitos e desmonte do estado de bem-estar social, bem como do que restava do “desenvolvimentismo” na América Latina. Esse conjunto de fatores causou gigantescas alterações que cobraram um preço alto para as forças populares, como já afirmávamos em nossos documentos:

“o rápido dismantelamento dos Estados nacionais com as aceleradas privatizações, tanto nas áreas estratégicas da economia, quanto na prestação de serviços públicos, aprofundou

a dependência econômica externa. A dependência foi cristalizada por instrumentos jurídicos que blindaram tal situação. O Estado esvaziado perdeu a capacidade de gerar empregos e de interferir nos rumos econômicos. Qualquer decisão de um Estado nacional somente subsiste quando avalizada pelo sistema financeiro nacional e internacional. Esse quadro contribuiu para determinar que o horizonte da política enquanto ‘arte do possível’ se rebaixasse ainda mais”.

(Consulta Popular, Cartilha 16 – Documentos Básicos, p. 24).

Em nosso país, esse quadro teve influência decisiva nos destinos da experiência do Partido dos Trabalhadores. Em nossas formulações resgatamos alguns reflexos deste processo no debate e construção estratégica do PT, que merecem ser lembrados:

a) a indefinição programática que caracterizou as resoluções congressuais, utilizando definições amplas e ambíguas para contemplar a diversidade política e ideológica em suas fileiras. O uso intensivo da “definição socialista”, enquanto uma referência meramente ideológica, sem qualquer definição de conteúdo político, estratégico e tático, serviu apenas para acalmar as correntes consideradas esquerdistas, sem qualquer efeito prático nas deliberações políticas. A cada congresso ou encontro nacional as correntes de esquerda se consolavam com as derrotas, reafirmando: “mas o programa do PT continua socialista”. Enquanto isso, o pensamento que diz não haver alternativa senão a saída capitalista, em que o mercado, e não o Estado, é que corrigirá as inclemências e as disfunções do capitalismo, penetrou profundamente na geração militante que controla a direção política do PT e da CUT;”

b) o esvaziamento do papel dos núcleos partidários, enquanto instrumentos orgânicos de deliberação, aprovado no Encontro Nacional de 1987, enfraqueceu a influência da militância de base, fortalecendo as lideranças que se construíram no processo eleitoral. Ao invés de se manterem organizados em núcleos do partido, os militantes se articulam em mandatos parlamen-

tares ou tendências internas. Os núcleos, enquanto instância partidária, eram um mecanismo diferenciador, que assegurava a democracia partidária”;

c) durante a luta contra a ditadura, a esquerda brasileira centrou seu programa em torno das liberdades democráticas. Esta questão que era correta e adequada para aquele momento histórico, contribuiu para obscurecer a crítica ao caráter de classe da democracia enquanto instrumento de dominação burguesa. As ideias que identificavam a nossa controlada democracia burguesa como um bem universal proliferaram sem nenhum significativo enfrentamento ideológico. Os cursos de formação do PT (enquanto existiram), identificavam o Estado como uma espécie de entidade neutra, desprovida do conteúdo de classe;”

d) Os limites do projeto “social democrata” no atual momento. A História nos mostra que o reformismo só avançou em determinadas condições, isto é, quando existe crescimento da economia capitalista, quando existem possibilidades de ampliar o mercado interno, quando existe uma situação internacional favorável. A inexistência de tais fatores determinou que as ideias “social democratas”, ao chegarem aos governos locais ou nacional, se limitassem a reproduzir o modelo neoliberal, impotentes para esboçar qualquer alternativa com mínima credibilidade.”

(Consulta Popular, Cartilha 16 – Documentos Básicos, p. 25-26)

## **5. Estes são os elementos que devemos levar em conta no balanço político das experiências dos governos de esquerda na América Latina.**

A janela histórica que se abriu para as forças progressistas a partir da impopularidade gerada pelos governos neoliberais na década de 90 ficou circunscrita à correlação de forças desfavorável no cenário internacional. O exemplo mais emblemático desta dificuldade é o momento em que Chávez derrota o golpe de abril de 2002. Apesar de contar com o apoio de amplas parcelas de massa mobilizadas e parte substancial dos setores militares com maior capacidade de combate, não foi possível avançar além da derrota institucional dos golpistas, conquistando o conjunto dos aparatos do Estado. A questão da conquista do Estado não se colocou no plano imediato, ante a ausência de uma “retaguarda” no plano internacional, mantendo-se enquanto objetivo estratégico que implica construir

agora as condições e acúmulos para torná-la possível em outro momento.

**6. A alteração na correlação de forças entre as classes explica o recuo estratégico das forças de esquerda.** Com o desmonte de estruturas de desenvolvimento, a blindagem jurídica e o aprisionamento econômico dos anos de ofensiva neoliberal, as organizações políticas de esquerda em nosso continente concentraram-se taticamente em conquistas eleitorais de administrações públicas e cargos legislativos, nas quais conseguiram, em vários casos, obter governos que implementaram políticas públicas fundamentais para os setores populares. Com processos históricos e correlações de força diferenciadas, as vitórias eleitorais da esquerda se produziram no rastro dos impactos sociais do neoliberalismo. As expectativas dos eleitores eram claras e impunham imediatas melhorias sociais, mas as condições para proporcioná-las eram bem restritas. Diante do enfraquecimento das ferramentas econômicas que asseguraram o ciclo desenvolvimentista em décadas anteriores, a expansão dos mercados internos de massa foi a aposta para viabilizar o crescimento econômico, por meio de alianças com frações da burguesia em alguns países. Além disso, buscaram fortalecer o Estado como indutor do desenvolvimento, apostando em políticas sociais que proporcionaram mecanismos de distribuição de renda.

**7. Ao contrário do que previam as resoluções do PT na década de 80, Lula não venceu a eleição presidencial em um processo de “acirramento da luta de classes, que radicalizaria o processo político, possibilitando a compreensão da necessidade da conquista do poder do Estado”.** O número de greves, apurados pelo DIEESE, indicativo da capacidade de luta e organização do movimento operário, aponta que o PT chegou ao governo federal em um período de profundo descenso da luta de massas. A derrota de Lula na eleição de 1989 e da luta dos petroleiros contra a quebra do monopólio do petróleo em 1995 são marcos desse descenso. Diante desse quadro, o PT gradativamente modificou sua tática, dando centralidade cada vez maior à luta eleitoral. Nesse processo, a desorganização dos espaços orgânicos coletivos e a secundarização do trabalho de base se constituíram como produtos da transformação do partido em máquina eleitoral. Diante circunstâncias completamente distintas, o PT

que chega a disputa eleitoral em 2002 já havia abandonado a perspectiva de alcançar os objetivos estratégicos das resoluções do 5º Encontro Nacional, figurando agora como mero registro histórico. Na concepção hegemônica do partido, a mesma que serviria depois como guia dos principais dirigentes na condução do governo federal, o Estado é entendido como instituição neutra, a burguesia respeitaria ad infinitum as regras do democracia liberal e a esquerda poderia ganhar indefinidamente espaços administrativos.

**8. A crise mundial do capitalismo, a partir de 2008, engendrou as condições objetivas para o fechamento da “janela histórica” dos governos progressistas na América Latina.** Esses governos buscaram responder às aspirações de construção de Estados Nações com maior grau de soberania política a partir de projetos diferenciados do neoliberalismo, gerando tensões com os Estados Unidos. Com a crise econômica, o imperialismo estadunidense colocou em marcha uma contraofensiva que tem como objetivo retomar suas posições no continente, atuando para derrotar os governos progressistas.

**9. O principal critério para o balanço dos governos progressistas é sua capacidade de incidir na correlação de forças entre as classes.** Lênin formulou questões para aferir a correção de uma tática que contribuem para essa avaliação: “a) quanto elevamos o nível de consciência política das massas? Quando as nossas experiências parlamentares serviram para educar a classe, politizar o povo? b) quanto contribuímos para fomentar a organização autônoma do povo? c) quanto essa tática nos aproximou de nossos objetivos estratégicos?”. O saldo no âmbito da organização popular, nível de consciência das massas e compreensão de um projeto político possibilita um acúmulo decisivo, capaz de enfrentar o novo período de ofensiva neoliberal com melhores recursos e potencialidades, independente dos resultados eleitorais em cada país do continente.

**10. A atual derrota inicia um período de reorganização das forças de esquerda no país, cujo ponto de partida é o inevitável balanço político da experiência do último ciclo de lutas dirigido pelo PT.** Nesse sentido, é necessário localizar corretamente o erro estratégico que o caracterizou.

É uma simplificação apontar que o erro central do último ciclo é a “estratégia de conciliação de classes”. Apesar de ser uma expressão de fácil compreensão, conceitualmente diz pouco e contém o risco da repetição do caminho adotado, justamente por não identificar corretamente a raiz do problema. Adotá-la como elemento fundamental da crítica deste período histórico poderá levar a posições “principistas” de rejeição a alianças com frações de classe, menosprezando a importância de explorara as contradições nas fileiras da classe dominante.

**11. Os 13 anos de governo de coalizão liderado pelo PT foram marcados pela formação do que denominamos de frente neodesenvolvimentista, uma junção frágil e temporária de interesses contraditórios de diversas classes e frações de classe, sob hegemonia do grande capital nacional.** Este bloco operava a manutenção parcial dos interesses do capital financeiro e, ao mesmo tempo, abria espaço para conquistas importantes dos setores populares. O que unificava interesses tão díspares no interior de um mesmo governo era um programa fundado no crescimento econômico com distribuição de renda. Embora permanecessem distantes dos problemas estruturais da sociedade brasileira, foram governos que criaram condições para acúmulo de forças para a classe trabalhadora e os setores populares.

**12. Nesse sentido, o erro estratégico fundamental não consistiu em compor tal frente, mas em subordinar os interesses estratégicos da classe trabalhadora aos da burguesia interna.** Composições com frações de classe da burguesia exigem a construção de força própria do proletariado e seus aliados fundamentais com clareza de seus objetivos estratégicos. Frentes dessa natureza são sempre temporárias, instáveis e permanentemente sujeitas à ruptura. As diversas frações da burguesia sempre tentarão recuperar as fatias do aparelho de Estado que perderam, independente dos benefícios econômicos. O conjunto das frações burguesas recompõe rapidamente sua unidade e sua aliança estratégica com o imperialismo diante de qualquer avanço político das forças populares.

**13. O erro estratégico fundamental é a perda da centralidade da conquista do poder de Estado.** O conjunto de críticas contidas na expressão

“estratégia de conciliação de classes” reflete, do ponto de vista do acúmulo do pensamento revolucionário, o abandono da perspectiva do poder político, substituindo o objetivo de conquista do conjunto de aparatos que conformam o Estado pela administração governamental possível nos limites institucionais. Embora a conquista eleitoral de governos e aparatos administrativos ser essencial para a realização de uma estratégia de conquista do poder de Estado, limitar a luta política à esse objetivo acabou por alimentar a ilusão de que a chegada ao palácio do planalto fosse o estágio mais alto da luta pelo poder. Acreditava-se que a via eleitoral pudesse viabilizar reformas estruturais sem ruptura com a burguesia dependente, desde que se assegurassem as cadeiras parlamentares necessárias. Guardadas as devidas proporções de qualquer comparação histórica, existem premissas comuns entre a atual derrota e o erro estratégico cometido pela direção do PCB no golpe de 1964. Em ambos os casos, o problema não consiste na construção de alianças com setores ou frações burguesas, mas em assumir uma relação de subordinação dos interesses da classe trabalhadora à direção burguesa.

**14. Nesse sentido, a principal fragilidade dos governos de esquerda em nosso país se deve menos à política de alianças em si mesma do que ao abandono da perspectiva de construção de um poder próprio do povo brasileiro.** Tal abandono se expressou em lacunas determinantes para que uma experiência com tanto potencial chegasse aos impasses e limites atuais, convertendo o que poderia ser apenas uma derrota política numa derrota estratégica:

- A recusa em investir na organização da classe trabalhadora como força social e política: ao contrário de outras experiências latino-americanas, em todas as situações em que se abriram perspectivas de fortalecer os movimentos populares e sindicais os governos de Lula e Dilma recusaram-se ao enfrentamento com as classes dominantes. O resultado é que hoje temos uma massa beneficiária de programas sociais com baixo nível de consciência e participação política. Isso foi decisivo para diluir a percepção da diferença entre projetos e o papel do governo, abrindo flancos para que a direita disputasse ideologicamente setores expressivos da classe trabalhadora e para a perda cres-

cente de base social nas ruas.

- A aceitação da lógica das doações empresariais: Grande parte do avanço eleitoral obtido desde meados da década de 90 não seria possível sem esse expediente. Certamente, o ritmo de crescimento nas eleições seria outro, assim como os desafios colocados. Porém, ao assumir as regras do jogo, com a ingenuidade de que não haveria criminalização seletiva pelo que todos os demais fazem, o PT pagou não só o preço de ter sua imagem confundida com a dos partidos da classe dominante, mas deu margem para que um imaginário de decepção fosse potencializado pela campanha midiática.
- A falta de políticas capazes de atrair para sua base social os setores médios: As medidas sociais e políticas dos governos petistas não se voltaram para disputar essa significativa e influente parcela da população, deixando de construir pontes que forjassem uma aliança com o conjunto dos setores populares. Ao longo dos últimos 13 anos, esses setores assistiram à melhoria das condições de vida dos mais pobres e à grande acumulação de riqueza dos mais ricos. Sob profunda influência ideológica do conservadorismo, alimentaram uma insatisfação difusa fértil para a manipulação das forças de direita.
- Recusar-se à luta ideológica na sociedade: Os governos neodesenvolvimentistas não apenas aceitaram, mas em grande medida reforçaram o monopólio dos meios de comunicação de massa, com a exceção da criação da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC). Não havia uma estratégia clara de disputa da consciência das massas, capaz de politizar as conquistas sociais e econômicas em um sentido político, fortalecendo um projeto alternativo de poder na sociedade.

**15. Uma estratégia política centrada na conquista do poder do Estado é pressuposto essencial para um projeto revolucionário, mas obviamente sua existência não exige nenhuma organização de cometer erros.** As experiências históricas ensinam que uma estratégia de conquista do poder deverá se sustentar numa análise de classes objetiva e, especialmente, compreender as mudanças que ocorrem no processo de desenvolvimento do capitalismo, externa e internamente, e que obrigam seu permanente ajuste. Para isso deve-se contar com uma direção política hábil, capaz de identificar as oportunidades, dotada de ousadia e legitimidade. Os erros na

condução política, a incapacidade de compreender as mudanças determinadas em cada cenário e a capacidade do inimigo em inovar frustram e derrotam mesmo os que não se afastam de uma correta orientação estratégica. Portanto, uma estratégia vocacionada para a conquista do poder político do Estado, ainda que tenha sido um requisito obrigatório das revoluções triunfantes do século XX, isoladamente não assegura a ocorrência de outros erros. Não basta nem mesmo que haja a emergência das massas na vida política para que isso possibilite uma revolução na estrutura do Estado. Será necessária uma conjunção de fatores e oportunidades, tanto no cenário internacional quanto nacional. Essa emergência pode, eventualmente, produzir uma situação revolucionária, que se desdobre numa revolução política ou até mesmo no acúmulo de forças que se preservam para momentos mais propícios. Insistir em uma estratégia de ruptura revolucionária impõe um grande desafio nestas circunstâncias históricas. A questão do poder não está objetivamente colocada, a não ser como acúmulo de forças para solucioná-la à frente. A linha política de quem pretende persistir neste caminho revolucionário passa a consistir na arte de descobrir as potencialidades existentes para fazer apostas que permitam tornar possível amanhã o que no presente parece impossível.

**16. Somente o paciente trabalho organizativo e de formação ideológica possibilitam a persistência necessária ao trabalho com o povo em uma conjuntura tão adversa.** Forjar um movimento revolucionário desde as precárias condições atuais é o objetivo que moldou e ainda forja as ações da Consulta Popular. Evitar as saídas simplistas diante da derrota se constitui em um desafio para as forças progressistas. Tais saídas consistem em ignorar a gravidade do problema, buscando contorná-lo sem enfrentar suas causas; ou lançar-se apressadamente para a primeira novidade que se aparenta como iniciativa óbvia. Diante da derrota torna-se sedutor o caminho da mera substituição de formas de luta pela criação de novas formas organizativas, que não rompem com métodos, princípios e valores do passado que buscam superar. Fugir da armadilha de responder à crise resultante da derrota alimentando a pulverização com iniciativas que se limitam ao terreno organizativo é um imperativo para a esquerda brasileira. Nossa militância absorveu o ensinamento leninista de que a organização é subordinada à política. Como nos ensinou Carlos Marighella: “nosso conceito de organização não é estático, nem dogmático, pois não existe — segundo ensina a teoria marxista-leninista— nenhuma organi-

zação abstrata. A organização está sempre a serviço de uma determinada linha política e tem que sofrer os reflexos do avanço ou dos reveses da linha política”. Não se trata da invenção de novas ferramentas organizativas. Haverá inúmeros conflitos, tensões e disputa nesse processo, mas o nosso ponto de partida é a profunda unidade política e ideológica com o campo político composto pelos movimentos populares que nos conformaram. A fragmentação das forças populares e de esquerda não se resolverá com soluções administrativas. Há que se vivenciar muitas experiências conjuntas para gerar uma base comum de confiança capaz de impedir que se rompa a unidade no primeiro embate importante. Por isso, a construção de uma ferramenta política de caráter estratégico é resultado de um acúmulo no movimento revolucionário e não a forma de catalisar e dar início a um processo.

**17. A reorganização da esquerda em torno de uma estratégia de conquista revolucionária exige o encontro do acúmulo histórico da esquerda brasileira com a nova classe trabalhadora que emerge na luta atual.** Há uma percepção generalizada de que será preciso construir uma nova identidade política, que se diferencie na ação e na coerência do velho ciclo que se encerra. Muitos elementos presentes em nossos debates e conceitos formulados em nossos primeiros anos ganham atualidade e devem ser retomados. Estamos vivenciando um momento em que vários militantes de distintas correntes de esquerda admitem mudanças profundas na prática, nos valores e nas concepções ideológicas e estratégicas. Ao mesmo tempo, contamos com uma valorosa geração presente na organização sindical da classe trabalhadora, que permaneceu com disposição de luta, e busca um instrumento unitário capaz de oferecer uma direção política. Combinar o “novo” e o “velho” configura o principal desafio organizativo do atual momento. O Poder de Estado como objetivo estratégico é o centro decisivo da reorganização da vanguarda. Uma estratégia de conquista do poder exigirá maior habilidade para ser reinventada na atual situação histórica. Diante de uma crise que nos abala a todos profundamente, o mais importante é a fidelidade: em um ponto, ainda que seja em apenas um, é preciso não ceder. A estratégia da conquista do poder, presente em todas as experiências revolucionárias de transição ao socialismo, é este ponto decisivo. É em torno dele que o processo de reorganização da esquerda deve se produzir para cumprir seu objetivo histórico.





II

## NOSSA TÁTICA



# **A ATUAL CRISE CAPITALISTA E SEUS IMPACTOS PARA A AMÉRICA LATINA**

**18. A Consulta Popular caracteriza a atual crise econômica internacional como de natureza profunda e prolongada.** Ao contrário das crises anteriores, ainda não se anunciaram saídas capazes de inovar o padrão de acumulação, não cumprindo assim seus desígnios de crise cíclica: sanear o sistema financeiro e retomar o ciclo expansivo das taxas de lucro mundial. Se inicialmente a crise impactou mais fortemente as economias centrais do capitalismo, a partir de 2012 seus efeitos se fazem sentir nas economias periféricas. Tal rebatimento deve-se à queda abrupta no preço das commodities agrícolas, minerais e energéticas no mercado internacional, ocasionadas pela redução do crescimento econômico da China. Apesar de não atingir as diversas economias de maneira uniforme, a crise persiste e não dá sinais de recuperação em curto prazo, mantendo baixas taxas de crescimento econômico ao redor do mundo.

**19. Diante disso, há um evidente processo de rearranjo da geopolítica mundial, com disputas intercapitalistas em torno de saídas da crise, buscando a recuperação das taxas de lucro.** De um lado, está em curso uma segunda ofensiva neoliberal, baseada principalmente na desregulamentação econômica, na promoção e proteção de investimento externos diretos, além da garantia da propriedade intelectual das grandes corporações multinacionais; retirada de direitos sociais das classes trabalhadoras; apropriação e exploração intensa de recursos naturais, minerais e energéticos. Ao mesmo tempo, aparecem propostas políticas que recuperam o nacionalismo conservador, de caráter xenófobo, racista e patriarcal, ancoradas em um protecionismo conservador, que diverge de políticas neoliberais ortodoxas.

**20. A contradição do modelo neoliberal é que a crise econômica prolongada produziu, nos últimos anos, uma crise política e social que está na base dos novos nacionalismos autoritários.** Esgotou-se o casamento entre democracia representativa, ainda que limitada pela competição eleitoral, e neoliberalismo. Esse quadro decorre tanto do enfraquecimento do

sindicalismo e dos partidos de esquerda que o neoliberalismo logrou realizar como da adoção da terceira via pelos partidos da socialdemocracia. O impacto do desemprego, a flexibilização trabalhista face às políticas de privatização e o fim do Estado de bem-estar social, sem a contrapartida de um projeto claro das forças de esquerda em nível mundial, criaram o ambiente para a retomada da influência do nacionalismo autoritário sobre a consciência das massas trabalhadoras, principalmente no continente europeu e nos Estados Unidos.

**21. O prosseguimento da crise capitalista traz consigo a possibilidade do surgimento de uma nova ordem mundial com novos blocos de poder que impõem desafios para a manutenção da hegemonia dos Estados Unidos.** A ascensão da China, o reposicionamento da Rússia e o fortalecimento de potências regionais como Índia, África do Sul e Turquia apontam no sentido da consolidação de uma ordem internacional multipolar, agravando tensões e conflitos entre as principais potências capitalistas.

**22. A consolidação do Imperialismo estadunidense se deu a partir do fim da 2ª Guerra Mundial com o domínio sobre os Estados dependentes e seus aliados através do poder econômico e militar.** Para isso, as organizações financeiras internacionais criadas em Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) lançaram mão da estratégia de internacionalização produtiva baseada nas empresas transnacionais e na construção das chamadas cadeias globais de valor, que tinham como meta o aumento da taxa de lucro por meio da redução do custo da mão de obra, além do acesso e controle dos recursos naturais em outros territórios. Paralelamente, os Estados Unidos mantiveram a estratégia militar concentrando 40% do poderio bélico existente no mundo. Além do efeito que a superioridade militar confere, a OTAN é uma forma de garantir o apoio dos Estados europeus face aos inimigos comuns (durante a Guerra Fria, a URSS e os movimentos de libertação nacional e, nos anos 2000, os “terroristas”). Dessa forma, as fases do imperialismo estadunidense são caracterizadas por tendências dominantes na construção de hegemonia, que podem ser divididas em:

**Período da Guerra Fria (1945-1975)** - Compreende os chamados “anos gloriosos” da economia estadunidense com as políticas keynesianas. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, os

Estados Unidos construíram uma estratégia de poder internacional, buscando aprofundar alianças com a Europa Ocidental e com o Estado japonês. O exercício do poder desses Estados imperialistas passou a contar com novos instrumentos - os organismos internacionais - que permitem que a dominação não seja necessariamente pela intervenção direta e controle de territórios. A OTAN, o Conselho de Segurança da ONU, o Plano Marshall e o acordo de Bretton Woods, garantiram que os Estados Unidos liderassem esse bloco de poder. Essa relação se soldava, sobretudo, pelo objetivo estratégico de conter o avanço da URSS e da China nessas respectivas regiões. No Oriente Médio, região que sempre foi palco de disputas entre as grandes potências, dada a localização geográfica e a abundância de recursos naturais, se firmou uma relação umbilical com o Estado de Israel, que garantiu o equilíbrio de poder e o controle político.

**Ascensão do Neoliberalismo (1975-1990)** - O fim da 2ª Guerra Mundial inaugurou uma nova divisão internacional do trabalho, que se aprofundou nos anos 1980 com a consolidação do neoliberalismo. A expansão das grandes corporações multinacionais transferiu as plantas de fábricas das empresas transnacionais para as formações sociais periféricas em busca de mão de obra mais barata, acesso a recursos naturais e mercados internos. Na origem do neoliberalismo está o fim do padrão ouro-dólar, a crise econômica e os choques do petróleo. Nesse período, para enfraquecer a URSS, os Estados Unidos decidiram se aproximar da China de Deng Xiao Ping, governante que deu início ao processo de desenvolvimento e abertura econômica do “gigante asiático”.

**Consolidação neoliberal e hegemonia ideológica (1990-2008)** - Com a queda da URSS e o fim da Guerra Fria em 1989, os Estados Unidos consolidaram sua hegemonia no cenário internacional. Os “neoconservadores” se fortaleceram e passaram a defender com mais vigor um projeto de poder internacional unilateral, com suporte de intelectuais ligados aos centros difu-

sores das ideias dominantes nos países centrais, com o objetivo de enfraquecer o pensamento progressista. O neoliberalismo serviu, assim, como cimento para a manutenção do poder da tríade (Estados Unidos, Japão e União Europeia). Durante a última década do século XX, a construção ideológica do novo inimigo que entraria no lugar do perigo comunista ganhou força. O projeto imperialista atuou para impedir o surgimento de uma nova potência global capaz de se opor aos interesses do Estado e do bloco no poder nos EUA. Além disso, operou para obstruir a emergência de potências locais e/ou regionais, não admitindo o exercício efetivo de soberanias nacionais que pudessem se opor ao seu domínio imperialista. O “terrorismo” como ameaça transnacional se tornou o inimigo a ser combatido por todos os Estados comprometidos com a democracia liberal e os direitos humanos. O Consenso de Washington e os acordos de “livre comércio”, como o NAFTA, tornaram-se as formas de garantia da implantação do neoliberalismo nos Estados periféricos. Além disso, os Estados Unidos expandiram a OTAN, incluindo os Estados do leste europeu que haviam sido parte da URSS, além de aumentarem os gastos e a presença de bases militares na Ásia (Japão e Coreia do Sul).

**Impactos da Crise Internacional (2008-2018)** - A eclosão da crise em 2008 trouxe consigo mudanças significativas na política internacional. A China e a Rússia se aproximaram e se fortaleceram na construção de um bloco econômico alternativo. Na Europa e nos Estados Unidos, fortaleceram-se o nacionalismo conservador e xenófobo, bem como a rejeição à União Européia e aos projetos de integração neoliberais. Paralelamente, os governos progressistas na América Latina sofreram um retrocesso com derrotas eleitorais e golpes de Estado. Com a crise, a China alcançou um novo patamar na economia mundial, tornando-se a principal detentora dos títulos do tesouro norte-americano. O Estado russo, sob o governo de Vladimir Putin, retoma o nacionalismo e passa a se preocupar com o seu contorno geográfico, que está sob controle da OTAN e dos Estados Unidos. Em

2011, a crise atingiu os Estados periféricos da União Europeia (Portugal, Grécia, Espanha e Finlândia), dando início a graves crises políticas e mobilizações populares. As políticas de austeridade defendidas pela TROIKA (Comissão Europeia, Banco Comum Europeu e o FMI) ameaçam a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas conquistados pelos trabalhadores na Europa desde 1930. Diante da resiliência da crise financeira, fica cada dia mais evidente que há conflitos no interior da tríade, especialmente na União Europeia com a saída da Grã-Bretanha (BREXIT), e com a vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos em 2016. Essa situação indica que os conflitos interestatais tendem a se acirrar e que os Estados Unidos atuam para retomar o controle dos países dependentes, o que evidencia os interesses por trás dos golpes na América Latina.

**23. O novo papel do Estado chinês na política internacional passa pelo aumento significativo do crescimento econômico do País, que está baseado tanto num patamar elevado de ciência, tecnologia e educação, quanto no aumento de investimentos externos em infraestrutura e na construção de uma grande malha de transportes (a nova rota da seda).** Além disso, a China tem buscado ampliar sua capacidade militar, especialmente nas forças navais, devido ao conflito crescente nos mares do sul e norte, esta busca está inserida no xadrez geopolítico defensivo e dissuasivo frente às constantes ameaças de agressão dos Estados Unidos. Apesar disso, a China não tem uma prática política intervencionista sobre outros Estados nem vêm utilizando seu poderio militar para manter os seus investimentos. Assim, não há elementos suficientes para caracterizar a política externa chinesa como imperialista. Tampouco o conflito entre Estados Unidos e China pode ser caracterizado como inter-imperialista. A China é a principal detentora dos títulos do tesouro americano, o que faz com que um conflito direto entre os dois Estados não seja uma opção fácil e próxima, as relações entre ambos são marcadas pela complementariedade, pela dependência e por conflitos.

**24. Os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) conferiram um novo equilíbrio de poder internacional e cumpriram um papel de destaque na crítica ao sistema Bretton Woods.** A criação do Banco de

Desenvolvimento será fundamental para a existência de uma alternativa de financiamento e de prática política nas relações internacionais. A despeito da aparente mudança de perfil da política externa brasileira após o impeachment da presidenta Dilma, essa coalizão deve ter um papel fundamental para as relações internacionais dos próximos anos. Os BRICS possuem arsenais militares e nucleares importantes, como demonstrou a intervenção russa na Guerra da Síria e o aumento do conflito no Mar do Sul da China. Além disso, o aumento dos investimentos externos chineses tem trazido uma nova dinâmica à economia política internacional, com impacto direto nas economias periféricas.

**25. A primeira ofensiva neoliberal no continente latino-americano, durante os anos 1990, teve impacto direto nas condições de vida da classe trabalhadora.** Diante disso, houve um processo de resistência e mobilizações populares em todo o continente que contribuíram para a eleição de governos progressistas, de esquerda e centro-esquerda, de no final daquela década. Esses governos foram eleitos sob bandeiras anti-neoliberais e aplicaram, em diferentes medidas, políticas de caráter neodesenvolvimentista reinserindo o Estado como indutor do crescimento econômico e implementando políticas de distribuição de renda, ainda que não rompessem com a blindagem jurídica e institucional cunhada pelos governos neoliberais. Tais governos entraram em conflitos pontuais mas significativos com a política externa dos EUA para a América Latina. O gesto mais significativo nesse sentido foi a criação e fortalecimento de organismos de integração regional como a Unasul, a CELAC e a ALBA, que apontam para projetos de soberania e cooperação sem a presença dos EUA. Ainda assim, diversos outros governos da América Latina seguiram alinhados e subservientes ao imperialismo estadunidense, caracterizando a disputa de projetos na região.

**26.O rebatimento da crise econômica internacional sobre os governos progressistas alterou a correlação de forças na região, abrindo o caminho à segunda ofensiva neoliberal.** A dificuldade de manutenção do ciclo de crescimento econômico transforma as crises econômicas de cada país em crises sociais e políticas, enfraquecendo os governos progressistas não só eleitoralmente, mas criando condições para golpes de

Estado de novo tipo, como em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016). Esses processos alteraram a correlação de forças na região, com o realinhamento de uma parcela maior de governos ao imperialismo estadunidense. Com isso, foi aberta a segunda ofensiva neoliberal, colocando o projeto de integração soberana da América Latina em uma posição de defensiva. Os governos da ALBA resistem e mantêm governos de esquerda em crescente rota de colisão com o imperialismo, apesar de todas as dificuldades impostas pela crise econômica internacional e pela crescente perda de apoio regional.

**27. A Venezuela é o alvo principal do imperialismo norte-americano no continente** e sofre ataques não apenas de caráter político e ideológico (em atuação conjunta das grandes empresas de comunicação do mundo), mas também sabotagens econômicas e especulativas contra o país, contando com o apoio decidido das empresas e bancos multinacionais, visando desestabilizar o governo. Desde a eleição de Hugo Chávez em 1998, a Venezuela vive diversos episódios de ataques internacionais. No entanto, depois da morte do líder da Revolução Bolivariana em 2013 e da eleição de Nicolás Maduro como presidente, houve um recrudescimento dos ataques. Desde abril de 2017, a tática dos opositores do governo é estimular a violência e o ódio em manifestações de caráter fascista, articulados com uma massiva ofensiva política e midiática em nível internacional. Diante das Guarimbas, da violência opositora e da crise econômica que vive o país, o governo Bolivariano convocou seu povo a realizar uma nova Assembleia Nacional Constituinte para alcançar a paz, aprofundar a democracia e a participação popular e discutir os rumos da economia e as mudanças necessárias no modelo rentista petrolífero do qual o país ainda depende. A eleição dos 545 deputados constituintes com mais de 8 milhões de votos é uma vitória histórica do Chavismo em seus 20 anos de construção hegemônica. No entanto, o processo ocorreu sem a participação da oposição, que se recusou a responder aos chamados de diálogo.

**28. Diante deste cenário, a V Assembleia Nacional da Consulta Popular – Zilda Xavier, Reafirma o internacionalismo como princípio de nossa organização.** Dessa forma, deve compor o cotidiano da prática política de seus militantes, como afirmamos em nossa III Assembleia Nacional,

em 2007, “nossos militantes e nossa organização devem sempre praticar ações de cooperação e solidariedade com organizações que lutam pela mesma causa em qualquer parte do mundo. O internacionalismo nos faz compreender que só haverá igualdade para os trabalhadores e entre as nações quando for superado o sistema de exploração em todos os países do mundo”.

**29. Reafirmamos que o Imperialismo é o inimigo principal da humanidade**, e nossa tarefa é protagonizar e nos somar a todas as iniciativas de ação que visem desgastar e destruir este inimigo.

**30. Defendemos um Projeto de Integração Popular para Nuestramérica e para o mundo, de caráter essencialmente anti-imperialista, anticapitalista e anti-patriarcal**, rumo à integração entre os povos do mundo, com respeito à soberania e autodeterminação. Para a consecução desta tarefa, priorizamos a construção e o fortalecimento do campo político internacional protagonizado pelos Movimentos Populares. Nas Américas, as raízes da integração dos Movimentos Populares encontram-se na luta contra o neoliberalismo e os Acordos de Livre Comércio dos anos 1990. Tais iniciativas possibilitaram a construção de campanhas e articulações continentais aglutinadas nas “Assembleias de Movimentos Sociais” das diversas edições do Fórum Social Mundial (FSM). Este espaço, contudo, não logrou manter seu objetivo principal após o engavetamento da ALCA em 2005, pois já não existia uma única bandeira de luta continental que fosse capaz de unificar setores tão diversos como ocorreu na “Campanha Continental contra a ALCA” (2002-2005). Desde 2005, a parcela de movimentos populares integrantes desta ampla coalizão começou a articular-se em torno da ALBA (Aliança Bolivariana para as Américas) - que foi proposta por Chávez e Fidel em 2004 como instrumento de integração e cooperação entre governos que se opusessem às políticas neoliberais de livre comércio -, entendendo que este não era um instrumento exclusivo de integração de governos, mas que ali se expressava um Projeto de Integração Popular para o continente americano, de caráter anti-imperialista e anti-neoliberal. A partir de 2009 que finalmente se lançou publicamente a Articulação Continental dos Movimentos Sociais da ALBA ou ALBA MOVIMIENTOS, que segue até hoje.

Dessa forma, nossa prioridade atual no continente americano, é a construção da ALBA Movimientos - Articulação dos Movimentos Populares da ALBA, como espaço principal de relações internacionais da Consulta Popular nesta região, nos somando ao Capítulo Brasil da Articulação e também às atividades continentais, tais como encontros, cursos e outras tarefas que sejam propostas por este espaço. Atualmente, a ALBA MOVIMIENTOS impulsiona lutas e articula processos de comunicação popular e de formação política na região, contando com a participação de mais de 300 Movimentos Populares de 23 países de todo o continente.

**31. Priorizamos a construção da Assembleia Internacional dos Povos, como espaço principal de relações internacionais com organizações de outros continentes.** Esta Articulação já vem se construindo com diversas regiões do mundo desde 2015, com representantes provindos principalmente da América Latina (da ALBA Movimientos), da região Árabe e das regiões Sul e Sudeste da Ásia. Devido ao seu reconhecimento internacional, o MST tem sido um dos principais impulsionadores desta iniciativa atraindo outras organizações a se somarem a este processo, através das Conferências “Dilemas da Humanidade” e nos Cursos de Formação Internacional da ENFF. Este espaço de articulação já realizou diversas reuniões e encontros, mas ainda está em processo de construção a I Assembleia Internacional dos Povos, que visa reunir a diversidade de organizações e movimentos populares em torno das bandeiras centrais do anti-imperialismo, anticapitalismo e anti-patriarcado.

**32. Defendemos os governos da ALBA, Aliança Bolivariana para as Américas, pois entendemos que se este organismo vai muito além de um espaço de tratados e relações entre governos, trata-se do espaço com amplo potencial para impulsionar um Projeto de Integração Popular e Anti-imperialista para os povos.** Defendemos os governos e povos que impulsionam esta aliança e que têm resistido firmemente aos crescentes ataques do Imperialismo, das grandes Empresas de Comunicação, das Corporações transnacionais e das coalizões políticas de direita que tentam lhes infligir derrotas e golpes de Estado. Além disso, **defendemos o fortalecimento e a continuidade da Revolução Bolivariana,** defendemos o povo Venezuelano e sua vontade soberana de decidir os

rumos de seus país.

**33. Defendemos o fortalecimento e a manutenção do Mercosul, da Unasul e da CELAC**, pois estes organismos têm centralidade no processo histórico de construção da integração regional da América Latina, que é a base de um projeto de resistência ao imperialismo, de cooperação e solidariedade entre os povos da Nossa América. O processo de integração regional na América Latina e Caribe deu um passo a frente com o fortalecimento do Mercosul, criação da Unasul e da CELAC, impulsionado pelos governos progressistas da região. A criação do Banco de desenvolvimento e de um acordo de convergência estrutural dos BRICS, em 2014 aumentou a margem de manobra desses Estados na estrutura de poder internacional. As “placas tectônicas” se moveram com a ofensiva imperialista em paralelo à aliança entre BRICS, Unasul e CELAC. Essas iniciativas tiveram muito mais ênfase na integração econômica e institucional/diplomática, mas foram limitadas para a construção de espaços de organização da resistência dos povos latino-americanos. Com a retomada da ofensiva neoliberal na região, esses organismos têm perdido densidade política, diante do fortalecimento da OEA, comandada desde Washington. Ademais, o Mercosul tem sido alvo de ataque das frentes golpistas, que se articularam recentemente para impor a suspensão da Venezuela.

# AS TAREFAS DOS REVOLUCIONÁRIOS NO BRASIL

**34. O atual período da luta de classes no Brasil reapresenta contradições clássicas da burguesia dependente.** O deslocamento da burguesia em direção à restauração do programa neoliberal ortodoxo retoma aspectos estruturais da inserção dessa classe na divisão internacional do trabalho e do padrão de dependência em relação ao capital imperialista. A intersecção entre capital industrial e financeiro no setor produtivo abre mais possibilidades para o movimento pendular da burguesia entre períodos de desenvolvimento e novas rodadas de aprofundamento da dependência. Ou seja, quando os salários crescem mais que a produtividade, a taxa média de lucros do setor produtivo torna-se insatisfatória, fazendo com que a burguesia aporte seus investimentos para a esfera financeira, em que as elevadas taxas de juros proporcionam ganhos monetários superiores. A burguesia brasileira segue incapaz de construir um projeto autônomo de nação e busca se desenvolver nos estreitos limites da dependência externa e do imperialismo, não obstante a tentativa de ampliar sua área de influência no interior da divisão internacional do trabalho. Às forças populares permanece o desafio de construir um amplo bloco de forças progressistas, ampliando a força de um projeto autônomo da classe trabalhadora, capaz de incidir nas contradições dos nossos inimigos e impor derrotas ao neoliberalismo.

**35. Essa dinâmica das frações de classe no Brasil, diante das contradições impostas no processo de desenvolvimento e da luta de classes, explica a conjunção de forças econômicas, políticas e sociais que impuseram o golpe de 2016 e sustentaram o golpe militar em 1964.** O golpe atual é determinado novamente pelos interesses estratégicos do Estado norte-americano que se expressam na hegemonia do capital financeiro e das corporações transnacionais. Seu principal suporte no Brasil segue sendo a burguesia associada e dependente que, como classe minoritária, amplia sua força social no conservadorismo da alta classe média, apropriando-se de forma oportunista do tema da corrupção. Seu instrumento mobilizador foram os grandes oligopólios da comunicação, especialmente as Organizações Globo. Esse movimento culminou no golpe tendo como protagonista

a burocracia de Estado, dentro do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal. Atuando de forma seletiva, o real objetivo da suposta luta contra a corrupção é criminalizar e enfraquecer a esquerda e quaisquer setores que ofereçam resistência para o avanço do programa neoliberal.

**36. A vitória da ruptura golpista, com o afastamento da Presidenta Dilma, sepulta as bases do pacto da “Nova República”, estabelecido na Constituição de 1988. Abre as condições para uma rápida e intensa ofensiva neoliberal.** Por sua vez, a única resposta que poderia conter o golpe - a entrada em cena da classe trabalhadora organizada, paralisando a produção -, não se viabilizou até o momento. O crescente afastamento dos setores médios em relação às forças populares, a fragorosa derrota eleitoral nas eleições municipais de 2016, bem como o crescimento do conservadorismo, do ódio e do preconceito nas instituições e na sociedade brasileira são indicadores de que as forças democráticas e populares perderam espaço e influência na sociedade.

**37. A restauração neoliberal no Brasil é parte da contraofensiva do imperialismo estadunidense em nosso continente.** Os impactos da crise capitalista na América Latina refletem a necessidade de retomada das taxas de lucro do capital financeiro internacional e das transnacionais. Tal retomada tem no desmonte das empresas locais, na privatização do patrimônio estatal e nas reformas neoliberais o centro de sua estratégia. Não é ocasional, portanto, o uso das delações da operação Lava Jato na Nicarágua, El Salvador, Equador, Bolívia, Venezuela, República Dominicana e Peru. O continente abriga possibilidades ímpares de retomada das taxas de lucro. A dimensão financeira dominante, além de constranger a taxa de lucro dos projetos industriais, empreende uma ofensiva sobre os bens da natureza. Nesse sentido é central o controle da energia e dos bens naturais, fundamental para a ampliação da produtividade do trabalho. A apropriação da mais valia social arrecadada pelo Estado e a privatização das estatais, a ofensiva sobre os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora; a ofensiva sobre políticas sociais com impacto na distribuição de renda; a escalada da violência, do racismo, da intolerância, do narcotráfico, das drogas e da economia ilegal; o aumento da concentração de renda e de terras; são os principais elementos da estratégia de

recomposição das taxas de lucro do grande capital imperialista em nosso continente.

**38. A crise econômica, produto da hegemonia do capital financeiro, é a base real da crise social e política no Brasil.** O montante apropriado financeiramente na economia brasileira fica expresso nos dados do Banco Central. Eles demonstram que, no acumulado no ano de 2017, os juros nominais somaram R\$206,6 bilhões, comparativamente a R\$173,3 bilhões no primeiro semestre de 2016. Em doze meses, os juros nominais alcançaram R\$440,3 bilhões (6,89% do PIB), elevando-se 0,14 p.p. do PIB em relação ao valor registrado em maio. Estes são os interesses que comandam o desmonte do Estado brasileiro. A recente aprovação da reforma trabalhista, assim como a proposta de reforma da previdência, a política de restrição dos gastos sociais por 20 anos, os cortes em políticas sociais como o Bolsa Família, na Farmácia Popular e nas políticas educacionais aprofundam uma crise social de consequências imprevisíveis. Ao mesmo tempo, os mecanismos estatais de indução do crescimento da economia estão sendo destruídos pelo reforço da blindagem neoliberal. A abertura do pré-sal para o capital estrangeiro, o desmonte e privatização de ativos da Petrobras, assim como o enfraquecimento do BNDES enquanto banco de fomento do desenvolvimento nacional, contribuem para a desnacionalização da economia brasileira, aprofundando a hegemonia do capital financeiro.

**39. O esvaziamento da democracia liberal é central para a manutenção da estratégia golpista.** O congelamento de gastos, a venda de ativos da Petrobras, o esvaziamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a provável retomada do projeto de autonomia do Banco Central, visam estreitar enormemente as margens de poder que serão colocadas em disputa nas eleições presidenciais de 2018. As limitadas decisões do Estado somente poderão subsistir quando avalizadas pelo sistema financeiro nacional e internacional. Caso consigam sucesso em tais medidas, seremos obrigados a promover adequações programáticas profundas. **Nunca foi tão atual a clássica afirmação de Caio Prado Júnior de que o Brasil vive uma crise de destino que inviabiliza nosso país completar-se como Nação Soberana.** Essa crise de destino se reno-

va permanentemente no processo da luta de classes, na medida em que forças antinacionais e antipopulares bloqueiam o desenvolvimento nacional, organizando a sociedade para atender os interesses das oligarquias financeiras locais e do imperialismo. O golpe de Estado de 2016 reafirma a necessidade de o povo brasileiro controlar os destinos da Nação. A memória coletiva dos 13 anos de políticas sociais dos governos neodesenvolvimentistas e o acúmulo da capacidade de luta adquirida pela classe trabalhadora são enormes potenciais para gerar alternativas de resistência muito superiores às que tivemos contra a ofensiva neoliberal dos anos 90. A esquerda brasileira tem novamente o desafio de pensar um projeto para o país que seja antagônico ao desmonte de direitos e à intensificação da barbárie levada adiante pelos inimigos do povo.

# A ATUAL CORRELAÇÃO DE FORÇAS E OS RISCOS DE UMA DERROTA ESTRATÉGICA

**40. Estamos diante de uma derrota estratégica das forças populares. Por derrota estratégica entendemos o momento em que as vitórias táticas do inimigo colocam a concreta possibilidade de destruir a nossa capacidade de ação, que é o seu objetivo estratégico.** A destruição pode ser física, como em diversas situações repressivas que dizimaram as organizações populares, ou moral, quando destroem ou abalam fortemente nosso maior patrimônio. Ou mesclar ambas as possibilidades. Uma derrota política gera desânimo, pulverização e explicações simplistas. Em geral se identifica uma “derrota estratégica” a partir de seu impacto na correlação de forças e prováveis efeitos duradouros. Porém, em nosso caso, a consumação do cerco político com o golpe e a limitada capacidade de resistência estabelecem para o inimigo a possibilidade de destruir as forças revolucionárias.

**41. A experiência acumulada das revoluções possibilita compreender o atual estágio da luta de classes na sociedade brasileira e ajustar a formulação tática das forças populares.** Quando os inimigos alteram a correlação de forças ao seu favor e seguem ganhando terreno, abre-se a possibilidade da ofensiva conhecida como “campanha de cerco e aniquilamento”. Numa situação como essa, o desafio das forças populares é o de preparar a defensiva estratégica. Trata-se inicialmente de reconhecer que, diante do cerco inimigo, é tarefa imediata garantir a defesa e a preservação das forças. No entanto, segue sendo fundamental rejeitar qualquer passividade na luta de classes, ou seja, é preciso evitar uma atitude de defesa passiva diante do inimigo. O cerco deve ser combatido com a defesa ativa, ou seja, com a arte de fazer fracassar a campanha de aniquilamento, com a adoção de uma tática capaz de acumular forças, contra-atacar e passar para a ofensiva. Nesse sentido, se a subestimação das forças inimigas leva à derrota e à perda de base de apoio por parte da esquerda, a superestimação do inimigo leva à acomodação e à falta de iniciativa das forças revolucionárias.

**42. A ofensiva neoliberal em curso é antinacional, antidemocrática e antipopular. Por isso, a espinha dorsal de nossa defensiva estratégica é a defesa da democracia, da soberania nacional e dos direitos do povo.** O aspecto defensivo e de resistência dessa tática se expressa na luta pela manutenção dos direitos conquistados pelas gerações anteriores, bem como das conquistas dos últimos 13 anos de governos Lula e Dilma. Seu caráter ativo exige a construção da unidade das forças democráticas, populares e antineoliberais para a retomada da luta de massas, na formulação de uma nova estratégia que tenha como centro a construção de um Projeto Popular para o Brasil. O que nos permite transitar da atual correlação de forças desfavorável para a retomada da ofensiva é a defesa do restabelecimento da democracia e do desenvolvimento com soberania nacional.

**43. Os efeitos da derrota política obscurecem a percepção acerca do ânimo de luta das massas.** Se identificávamos a retomada da capacidade de luta da classe trabalhadora desde 2004, em um número de greves semelhante ao final da década de 80, ainda é cedo para considerar que todo esse processo desapareceu com a consumação do golpe. A formidável greve geral de 28 de abril de 2017 e as dificuldades para reproduzi-la ou ampliá-la nas tentativas subsequentes revelam muito mais a dificuldade em compreender as lutas propostas do que uma incapacidade de lutar. Esse ânimo de luta permanece ainda como elemento potencial, na medida em que nem mesmo as bases dos setores organizados do movimento operário, embora críticas ao governo Temer e aos retrocessos colocados, identificam-se com um projeto da esquerda.

**44. Essa caracterização contém elementos importantes tanto para apreciar a gravidade da presente situação política brasileira, quanto para definirmos nossos próximos passos.** É preciso levar em consideração que, no curto prazo, o programa das forças golpistas tem como horizonte não somente a restauração neoliberal no campo da política e da economia, ou o avanço do conservadorismo no plano da cultura e da vida social. As forças populares não podem subestimar que o cerco dos inimigos está em nível avançado e que pode evoluir para uma situação concreta de aniquilamento. O aniquilamento significa isolamento e perda da capacidade organizativa, forte criminalização da luta social e o estreiti-

tamento considerável das margens de luta democrática no interior das instituições burguesas. Propostas meramente defensivas, economicistas, eleitorais, oportunistas e desconectadas de um projeto estratégico podem favorecer o aniquilamento da esquerda brasileira, impondo uma derrota de longo prazo. Num momento em que as conquistas econômicas estão bloqueadas pelo golpe, os movimentos populares correm sérios riscos de diminuição de sua base social. Por isso, acumular forças na perspectiva de viabilizar a necessária defensiva estratégica significa um retorno radical às bases populares (vinculação com as massas), para retomarmos nossa capacidade de organização da classe trabalhadora.

**45. O cenário de ofensiva do inimigo nos impõe avançar na unidade das forças democráticas e populares.** Nosso objetivo é avançar da unidade tática duramente conquistada para confluências em torno de uma estratégia comum. Isso significa conferir um papel estratégico à Frente Brasil Popular. A construção da unidade é o maior ensinamento que as experiências históricas da classe trabalhadora nos apontam diante de uma ofensiva de natureza estratégica do inimigo. Construir uma frente com o conjunto das forças democráticas e populares é uma antiga aspiração da Consulta Popular, presente desde o nosso surgimento e constantemente afirmada desde as Resoluções de nossa 2ª Plenária Nacional “Aurora Maria Nascimento Furtado”. Agora, o momento de defensiva estratégica exigiu e possibilitou um avanço acelerado desta construção a partir do enfrentamento ao golpe. Construída na resistência ao golpe, a Frente Brasil Popular tem as potencialidades para se constituir como a ferramenta unitária necessária para alterar a correlação de forças, romper a campanha de cerco e aniquilamento e passar à ofensiva colocando o Projeto Popular na disputa de rumos da sociedade brasileira. Um projeto de médio e longo prazo que democratize o Estado brasileiro, fortaleça nossa soberania nacional, resolva os problemas fundamentais da classe trabalhadora através de reformas estruturais e construa as condições para um processo de transição socialista no Brasil.

**46. Conferir um caráter estratégico à Frente Brasil Popular exige enfrentar o desafio da elaboração teórica e de estudo da realidade brasileira e retomar a construção de força social no seio do povo em torno**

**de um projeto de Nação.** É necessário combinar a radicalidade das ações políticas e a construção de força social no seio do povo, demonstrando a viabilidade do nosso projeto e afastando a classe trabalhadora de respostas simplistas de direita, sustentadas pelo atual quadro de frustração e falta de identidade com alternativas políticas que correspondam efetivamente aos seus interesses materiais. Portanto, contribuir para a reorganização da esquerda nos exige simultaneamente compreender a grande frustração com as ferramentas políticas que foram marcadas pela derrota e a consequente necessidade de se distinguir delas, com a capacidade e generosidade de construir a partir de militantes, quadros e ativistas formados nessa mesma experiência, porém dispostos a enfrentar mudanças profundas de concepções, métodos, valores e prioridades organizativas.

**47. A meta síntese da Constituinte é a saída estratégica para a Crise Brasileira,** construída no sentido de enraizar um debate de projeto de país e organizá-lo em torno de uma estratégia de poder da classe trabalhadora. Diante do rompimento do pacto da nova república, a Constituinte assume outro teor: a necessidade de um novo rearranjo institucional para o Projeto Popular. O momento é de acumular forças nessa direção, a partir do entendimento de que uma assembleia popular constituinte é condição para um governo popular no caso de uma eleição do Lula. Essa proposta é central para que a esquerda atravesse 2018 com um horizonte político programático mais amplo que aponte a necessidade de refundar o Estado brasileiro. Por isso, devemos travar o debate da necessidade de uma Constituinte com todos os que se dispõem a construir a Frente Brasil Popular, preservando sua unidade. Isso exigirá uma permanente habilidade de nossa militância. Nosso papel na Frente Brasil Popular é politizá-la, colocando debates essenciais, como a necessidade de refundar o Estado brasileiro para realizar as mudanças estruturais na sociedade brasileira.

**48. A Frente Brasil Popular deve se propor como espaço de encontro da jovem classe trabalhadora com o acúmulo organizativo dos últimos 30 anos da esquerda.** Para cumprir esse papel, deve ser capaz de envolver todos os militantes e ativistas que se disponham a essa construção, não somente abrindo espaço para escutá-los, mas para que interfiram e decidam os rumos a serem tomados. Será preciso aperfeiçoar o funcionamento das

instâncias, permitindo deliberar e cumprir ações com maior agilidade, avançar na análise política e na construção de um programa conjunto. E, principalmente, devemos atuar para não permitir que a Frente Brasil Popular permaneça com uma lógica defensiva, incapaz de oferecer uma resposta política imediata aos milhões de insatisfeitos com o atual sistema político, perdendo uma oportunidade histórica única e permitindo que as crescentes insatisfações sigam capitalizadas pelas forças de direita.

#### **49. A construção da unidade política é tarefa de enorme complexidade.**

Mesmo quando enfrentamos o conjunto de forças econômicas e sociais do golpe coesas e definidas em seus objetivos estratégicos, as dificuldades de enfrentar as divergências táticas no interior da Frente Brasil Popular seguem. Investir no necessário balanço estratégico e na formulação programática é mais do que nunca um passo necessário para aproximar as concepções das diversas organizações. No entanto, a experiência histórica comprova que somente a experimentação em lutas e construções unitárias é capaz de solidificar a confiança e coesão necessária à unidade no longo prazo. O método de construção e atuação do nosso campo político tem uma contribuição decisiva nesse processo de construção. Devemos resgatar a mística, o funcionamento coletivo, a valorização do trabalho de base, o desestímulo ao protagonismo de indivíduos e grupos, a ousadia na ação e atuação voltada pra fora. Aprendemos, em nossa trajetória, que mais importante do que trazer representações políticas e sociais para dentro da organização é conseguir atraí-las para a construção de um projeto político comum. A metodologia de trabalho de base impulsionada em plebiscitos populares, sua capacidade de aglutinar forças e setores amplos, a reivindicação da bandeira e símbolos nacionais, a clara identificação do inimigo, a importância de um projeto de país, são formulações que aproximam diversos setores da esquerda ao nosso campo político, com destaque à CUT e setores do PT. Assim, ampliar a relação de confiança com esses setores é central para acelerar o enraizamento da Frente Brasil Popular. O processo de reorganização da esquerda já começou, e nossa contribuição está no cotidiano da prática e da ação política, imprimindo um método de funcionamento que representa hoje o maior legado de nosso campo político. Cabe aos lutadores e lutadoras do povo construir força junto à classe trabalhadora com lutas capazes de desestabilizar as forças

golpistas. Resistir às reformas neoliberais em curso é o primeiro passo para acumular forças e sair da defensiva, derrubar o governo golpista e construir um grande movimento de massas em defesa da democracia e de um Projeto Popular para o País. Nesse processo, o Plano Popular de Emergência pode conferir coesão à vanguarda em torno de uma saída emergencial para a crise, além de ser um instrumento de diálogo amplo com as massas do campo e da cidade.

**50. As eleições de 2018 são uma batalha decisiva contra as forças golpistas.** Manter a unidade das forças democráticas e populares em torno de uma candidatura que unifique a Frente Brasil Popular para enfrentar os inimigos do povo, modificar a correlação de forças e recolocar o Projeto Popular na disputa é a tarefa essencial. Polarizar a sociedade em torno de projetos exige a luta contra a inabilitação de Lula. As forças políticas e econômicas que patrocinaram o golpe não podem suportar o risco de uma candidatura Lula sair vitoriosa em 2018. Inabilitá-lo é um dos objetivos cruciais da política de cerco e aniquilamento ao conjunto das forças progressistas. Lula representa hoje o principal elo do acúmulo organizativo da esquerda brasileira com as massas. Apesar de terem utilizado todo o arsenal midiático numa ofensiva implacável durante os últimos anos, Lula lidera as intenções de voto em todos os cenários nas pesquisas de opinião, no primeiro e segundo turno. Ademais, ele representa hoje a principal fragilidade do elo mais dinâmico das forças golpistas: a operação lava-jato, construída na unidade de ação do monopólio da grande mídia, setores da Polícia Federal, Ministério Público e Judiciário. Essa articulação ainda confere ao núcleo das forças golpistas relativo apoio no seio das massas, por meio da bandeira do combate à corrupção. Não se trata, assim, de acreditar que a permanência de Lula como possível candidato poderá resolver, por si só, os problemas do povo. No entanto, a liderança popular de Lula é a principal contradição para o aprofundamento da estratégia golpista.

**51. Por isso, uma vitória de Lula representaria um avanço decisivo para a contraofensiva estratégica contra os inimigos do povo.** Com a eleição de um governo democrático-popular nesse cenário de intensificação da luta de classes, se abriria uma janela para a convocação de

uma Assembleia Nacional Constituinte para refundar o Estado brasileiro. Para isso, precisamos de um forte movimento de massas que, via processo constituinte, construa uma institucionalidade adequada para o avanço do Projeto Popular para o Brasil.

**52. Parte significativa do desafio de refundar a esquerda brasileira consiste no exercício coletivo de pensar um projeto de desenvolvimento nacional.** Isso exige dar maior concretude ao Projeto Popular para o Brasil. Nesse intuito, aglutinamos militantes, movimentos populares e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora e do campo democrático em torno da iniciativa do Projeto Brasil Popular. O objetivo dessa iniciativa é unificar estudos e pesquisas sobre a realidade brasileira com as formulações teóricas e as elaborações programáticas dos movimentos populares para fornecer as bases para construção de um projeto popular para o nosso país. É preciso envolver a diversidade da esquerda e do pensamento progressista em um processo que transforme a construção de um programa em projeto de país. Daí a importância de envolver a Frente Brasil Popular, somando o esforço da unidade nas lutas concretas com um instrumento que contribua para a reflexão e a conquista de corações e mentes de nosso povo. Para isso, o método de construção deve respeitar a diversidade, comprometendo o conjunto das forças políticas, intelectuais e movimentos populares e sindicais com o processo, que implica construir materiais didáticos, estimular debates e ações que cumpram o papel pedagógico para militância e para as massas, a exemplo das caravanas da Frente Brasil Popular.

**53. Construir o Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD/Motu) como ferramenta de luta nas periferias dos grandes centros urbanos.** A construção de força social do Projeto Popular nas periferias dos grandes centros urbanos do Brasil impõe a consolidação de uma ferramenta que organize os trabalhadores e trabalhadoras a partir do seu local de moradia. Para isso, precisamos contribuir com a nacionalização do Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), impulsionando a sua construção em todos os estados onde existe a Consulta Popular, especialmente em cidades estratégicas, que correspondam aos critérios de densidade populacional, econômico e

político. Militantes que desenvolvam esse trabalho nas periferias devem se dedicar à tarefa para articular e fortalecer as nossas iniciativas no meio urbano.

**54. Fortalecer a organicidade do feminismo popular através da construção da Frente de Mulheres do Campo do Projeto Popular.** Os nossos desafios estratégicos apontam a necessidade de uma força social de massas do feminismo do campo do projeto popular para coesionar o nosso campo político e o fortalecer o feminismo popular. A Frente de mulheres do campo do projeto popular deve combinar a articulação do nosso campo político aglutinando as experiências da Consulta Popular de trabalho com mulheres construídos nacional e regionalmente (LPJ, MTD, MMC, MST, MAB, MPA, MCP, MAM, MMM, Marias); e a autoconstrução, forjando novas experiências organizativas, sobretudo com as mulheres negras, mulheres da periferia, mulheres lésbicas, bissexuais e transsexuais, sendo essa a nossa identidade para fora.

### **Objetivos da Frente:**

- Ampliar a incidência do feminismo popular na esquerda e na sociedade como um todo, buscando, sobretudo, a construção da unidade do nosso campo político;
- Desenvolver formas de luta e auto-organização, articulando os movimentos feministas da cidade e do campo, mistos e auto-organizados, comprometidos com o projeto popular para o Brasil;
- Criar uma identidade favorável às lutas coesionando o campo popular em pautas feministas, por meio de ações concretas que incidam em conquistas econômicas e políticas que promovam a melhoria das condições de vida das mulheres;
- Elaborar uma mensagem feminista capaz de dialogar com a classe trabalhadora, com as mulheres em geral que não estão organizadas.
- Enraizar o projeto popular em processos legítimos de lutas, ao alcance das mulheres trabalhadoras e moradoras das grandes periferias urbanas, da população negra e LGBTs que não são organizadas/os por nós;
- Reunir o acúmulo das lutas de mulheres que estão dentro de uma

mesma concepção estratégica;

- Construir-se com concepção e ação feminista, popular, socialista e de massas.
- A construção da frente de mulheres perpassa por:
- Elaborar um plano de construção.
- Definir metas-síntese de construção da ferramenta.
- Forjar a direção coletiva formada pelo campo do projeto popular;
- Realizar lutas unitárias;
- Realizar encontros de mulheres do campo e cidade;
- Realizar processos de formação;
- Criar as condições materiais para viabilizar a Frente;
- Destacar quadros para a construção da Frente;

**55. Fortalecimento do trabalho junto ao movimento operário e sindical.** A construção do Projeto Popular no movimento operário e sindical passa pelo fortalecimento da sua unidade e atuação no seio classe trabalhadora. A consumação do golpe no Brasil e a consequente condição de defensiva estratégica das forças populares reafirmam a atualidade e a força das nossas formulações, que orientam a inserção no meio operário, que deve ganhar cada vez mais prioridade. A nossa inserção sindical, apesar de pequena, é sólida e encontra muito espaço para trabalho. Não reproduzir a lógica predominante das lutas internas e disputas de espaço no movimento sindical exigirá de nós retomar a organicidade do setor, com objetivos claros, planejamento e metas. Nossa inserção junto ao sujeito estratégico deve avançar, aumentando nossa influência no movimento operário, sindical e nas periferias, que exercem papel decisivo na luta política. Nossa maior inserção no último período abriu inúmeros contatos e influência. É preciso ajustar nossa organicidade para absorver essa militância. Além da inserção da militância da Consulta que já se encontra no mercado de trabalho e do crescimento da organização no meio sindical, pela via do exemplo e da articulação política, é necessário preparar a inserção futura da nossa juventude. Diante da transitoriedade da condição juvenil, é central organizar a inserção dessa militância no mundo do trabalho para fortalecer nossa atuação sindical e no movimento popular urbano.

**56. Fortalecer e massificar o Levante Popular da Juventude permanece como tarefa fundamental.** Com a caracterização do neodesenvolvimentismo, identificamos as contradições e possibilidades de luta no mundo do trabalho, com o aumento do número de greves com ganhos reais. Novas perspectivas de organização da juventude urbana surgiram, com o aumento da concentração de jovens da classe trabalhadora nas universidades e as contradições abertas nas periferias. Essa análise contribuiu para a nacionalização do Levante Popular da Juventude como movimento nacional de juventude autônomo e de massas. O acerto na análise e o empenho na construção sustentaram um rápido crescimento do movimento, tanto de ponto de vista da sua força social quanto de sua influência na sociedade. Essa ferramenta ocupa papel central na tarefa de promover a ligação entre a jovem e dispersa classe trabalhadora e o acúmulo da esquerda organizada. Nesse sentido, o Levante vêm representando também a entrada do nosso campo na disputa política mais ampla a partir de sua construção na União Nacional dos Estudantes e em sua ousadia de reunir em um mesmo movimento a juventude universitária, a juventude das periferias urbanas, do campo e da cidade. Reforçar o papel que ocupamos hoje na construção da direção ao movimento estudantil brasileiro e, ao mesmo tempo, auxiliar o movimento na ampliação de sua base social nas periferias dos grandes centros urbanos é a tarefa prioritária de nossa juventude.

**57. Na luta anti-racista, fortalecer iniciativas que deem unidade ao movimento negro brasileiro é fundamental para a sua integração na construção de um projeto nacional e soberano para o país.** Nossa ação política ganhará força na medida em que incorporarmos às nossas formulações a dimensão estrutural do racismo para formação do capitalismo no Brasil. Dessa forma, será possível consolidar uma linha de atuação no trabalho com a negritude em nossas frentes, potencializando a construção de um setor nacional e de setores estaduais.

**58. Devemos construir a força do projeto popular na luta LGBT.** Avançar na formulação sobre a imbricação entre o capitalismo, o racismo e o patriarcado na realidade brasileira é um pressuposto para consolidar uma linha de atuação no trabalho com a diversidade sexual e de gênero

em nossas frentes, potencializando a construção do setor nacional e dos setores estaduais. A elaboração sobre a diversidade sexual e de gênero precisa ter maior coesão no nosso campo político, a partir de um processo coletivo de aprofundamento do debate e da formação conjunta com os movimentos populares, especialmente com o MST, MAB, MPA, MTD e Levante Popular da Juventude. Dar maior intencionalidade à nossa atuação na Frente Brasil Popular e aprofundar o diálogo com organizações e movimentos populares LGBT podem ampliar o horizonte do nosso trabalho.

**59. Reforçar a luta ideológica na sociedade e o sistema Brasil de Fato de comunicação.** A comunicação é estratégica para o enfrentamento ao golpe e para a luta ideológica necessária nesse momento. Tanto a denúncia e o enfrentamento ao monopólio dos meios de comunicação, um dos pilares do golpe, quanto o desenvolvimento de instrumentos de comunicação popular são fundamentais e decisivos para dar concretude ao Projeto Popular. Nessa direção, a prioridade da Consulta Popular é a ampliação e expansão da experiência dos tabloides do Brasil de Fato para todos os estados. Além disso, fortalecer a iniciativa da Rede Popular de Rádios, ampliar o trabalho com redes sociais e outras iniciativas de comunicação, a exemplo do CPMídias e da Editora Expressão Popular. Desenvolver instrumentos próprios da Consulta Popular de comunicação, além de estimular nos estados experiências de elaboração editorial e ação nas redes, como é o caso da Expressão Sergipana. Unificar no site da organização a divulgação das lutas e informações que acontecem nos estados. Fortalecer a presença e construção do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), ampliando a luta contra o monopólio da mídia no Brasil.

**60. Construir a Plataforma Operária e Camponesa de Energia. Nosso compromisso na questão energética é a luta, construção e conquista do Projeto Energético Popular, com soberania, distribuição da riqueza e controle popular.** Nosso programa para satisfazer as necessidades do povo com adequada sustentabilidade ambiental passa pelo controle integral sobre as fontes e bases naturais; pela retomada do controle estatal sobre a energia, controle sobre os meios de produção da indústria

de eletricidade e petróleo, com transformações nas instituições políticas para garantir plena democracia, participação e controle popular nas decisões da política energética nacional; pelo controle e destino social sobre os resultados da produção, excedente produzido; pela superação de todas as estruturas injustas de Estado que sustentam o modelo energético de mercado; pela política de industrialização soberana das cadeias industriais de energia; pela economia da energia como contraponto à lógica do consumo exacerbado do capital; e pelo internacionalismo e solidariedade energética entre os povos. Todos esses desafios também estão presentes no setor de saneamento, motivo de cobiça do Capital pela possibilidade de alta lucratividade, já que se trata de um bem essencial para a vida e a produção; setor que vem passando por um complexo processo de mercantilização, seja pelas privatizações, seja pelas Parcerias Público Privada. Vender o setor elétrico, o controle da geração da energia, é também vender nossos rios.

De imediato, é nosso compromisso fortalecer a Plataforma Operária e Camponesa de Energia (POCE); lutar contra o saqueio da energia e da água do Brasil e as privatizações, e reaver todo patrimônio público pilhado pelo capital; Fortalecer a iniciativa da POCE através da formação de formadores no Brasil todo e a luta pelos royalties e recursos do pré-sal para educação e saúde pública, geração de postos de trabalho e direitos do povo; Lutar para garantir a política de “conteúdo nacional” integral como estratégia de industrialização soberana; e lutar pelo controle do Estado sobre os preços da eletricidade, da água, do gás de cozinha e demais tarifas de energia através de uma política de preços fundada no custo de produção real. Também, vamos estimular um grande debate nacional e lutar contra qualquer forma de privatização da água, fortalecendo as lutas contra as transnacionais e as iniciativas unitárias de luta pelo direito à água.

**61. Construir o Plano Camponês como um projeto de vida de qualidade.** O Plano Camponês, que defende a soberania alimentar, energética, genética e hídrica, representa um salto de qualidade na formulação do campesinato. A proposta do Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA foi construída a partir de debates e estudos sobre a realidade do campo brasileiro, e é uma alternativa concreta para organização popular.

Além de afirmar o campesinato como sujeito político, apresenta um conjunto de ações econômicas, políticas e culturais que traduzem concretamente os objetivos do trabalho político com os camponeses: produção de comida saudável e vida de qualidade no campo.

**62. É necessário avançar na defesa da Reforma Agrária Popular.** Ela norteia a construção de um novo modelo agrícola para o campo brasileiro, indo além de um processo de democratização da terra e propondo como estratégia o estabelecimento de um sistema agrícola em contraposição ao agronegócio. Propõe como alternativa um modelo de produção baseado em uma matriz de alimentos saudáveis e respeito à biodiversidade, sem o uso de agrotóxicos, voltado à agroindustrialização do campo e ao desenvolvimento do país.

**63. Construir um plano de soberania popular na mineração. A luta pela soberania popular na mineração tem como objetivo a construção de um novo modelo para o setor mineral.** O modelo vigente se sustenta no saque dos nossos recursos naturais, reprimarização da economia, destruição da natureza e deterioração das relações de trabalho. O Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM tem se constituído como instrumento para a construção de força social na defesa das comunidades em contradição com o modelo de exploração que atende os interesses do capital internacional, com a exploração dos bens naturais para exportação. O país precisa de um Projeto Popular para o Brasil que construa um modelo para a mineração voltado para o desenvolvimento, para a reindustrialização e para garantir os direitos do povo brasileiro, por meio do controle do ritmo da exploração, da cobrança de maiores taxas de impostos e da construção de uma cadeia produtiva para alavancar o desenvolvimento da tecnologia/inovação e agregar valor aos recursos minerais.





5ª ASSEMBLEIA NACIONAL

Tilda KALBER

O DEVER DE TODO  
REVOLUCIONÁRIO  
É FAZER a REVOLUÇÃO

### III

## COMPROMISSOS ORGANIZATIVOS



**64. Estamos diante da questão para a qual nossa organização foi formada em seus 20 anos de existência. Diante do esgotamento do “ciclo PT”, cada vez mais claro para um conjunto muito maior de lutadoras e lutadores do povo, somos consequentes com a nossa história ao propor o debate não sobre o instrumento político que queremos ser, mas sobre o instrumento político que a Revolução Brasileira necessita.** Essa questão não é nova na Consulta, esteve presente desde o início de nossa construção e não foi abandonada no momento em que nos tornamos uma ferramenta de natureza partidária. Nunca nos proclamamos o “Partido da revolução brasileira” e nunca alimentamos a ilusão vanguardista de que uma ferramenta política possa nascer da vontade dos revolucionários. Mais do que isso, sempre insistimos na ideia de que a vanguarda de uma revolução é produto do desenvolvimento das lutas da própria classe trabalhadora e depende da unidade de um conjunto muito amplo de lutadoras e lutadores do povo que aponte a conquista revolucionária do poder. Daí nossa insistência na noção de “vanguarda compartilhada”.

**65. A reflexão sobre a necessária reorganização da esquerda brasileira envolve uma questão teórica fundamental acerca do instrumento político de natureza partidária.** Existe, nesse sentido, uma linha de continuidade na reflexão dos clássicos do marxismo sobre o tema que se traduz no princípio de que o Partido não é outra coisa senão um momento superior no desenvolvimento da própria classe. Trata-se do movimento de constituição da classe em si em classe para si. Por classe em si, entendemos a recomposição, ao nível econômico, da capacidade de luta dos trabalhadores, ou seja, a reunião de um maior número de operários assalariados frente à burguesia e a manifestação pelos seus interesses econômicos imediatos frente ao capital. Esse movimento se relaciona ao processo de constituição do proletariado em classe para si, ou seja, o processo pelo qual adquire consciência dos seus interesses históricos, levando as lutas econômicas para o campo da política, para o campo da luta pelo poder de Estado. Essa tradução não se dá, contudo, de forma espontânea. As lutas econômicas não se convertem, como num passe de mágica, em lutas pelo poder de Estado. Daí que o próprio movimento da classe crie para si uma vanguarda, um setor avançado, disciplinado e consciente dos objetivos gerais e que relacione o conjunto dos embates ao nível econômico no in-

terior de uma estratégia de conquista do poder político.

**66. Todo agrupamento humano se define a partir do que se propõe a fazer.** A nossa definição como organização revolucionária de orientação leninista confere maior centralidade ao conteúdo do que à forma do instrumento político. Esse conteúdo não é definido pela vontade, mas pelo objetivo a que se propõe o partido: a conquista revolucionária do poder de Estado. O estabelecimento da tarefa fundamental delimita um conteúdo próprio às organizações revolucionárias, dos quais enunciamos os mais elementares:

- Deve-se preservar sempre a unidade na ação, o princípio do centralismo democrático. Não se enfrenta a centralização do Estado burguês com uma organização fluída e sem capacidade de coesão. É impossível conformar um movimento de massas com capacidade de conquista do poder sem contar com uma organização que aponte claramente e de forma unitária nessa direção. A aplicação maior ou menor do centralismo depende sempre do estágio concreto da luta entre as classes. Não se trata, portanto, da defesa da ultra-centralização da direção sobre o conjunto dos militantes.
- A luta política não surge espontaneamente da luta econômica. Essa compreensão justifica, aliás, a existência do partido. Todo o embate de Lênin contra o “economicismo” ou “sindicalismo” tem por função afirmar a especificidade do momento político em relação ao momento econômico-corporativo. A função dos revolucionários é unificar uma série de combates no nível social e econômico em torno de um projeto comum que aponte a conquista do poder político de Estado, traduzindo a luta social em luta política.
- Deve-se combater sempre o “culto ao espontaneísmo”. A conquista do Estado não brota por magia da sequência de embates no nível econômico. Assim, os revolucionários não devem ceder à tentação de andar à deriva levados pelas ações espontâneas oriundas da própria classe. Ao contrário, devem sempre planificar sua atuação no sentido de canalizar o conjunto das ações para a conquista do poder político.

**67. Uma organização revolucionária só se torna possível na relação indissolúvel entre a vanguarda e o movimento da classe.** A síntese que melhor define a essência de um partido leninista ou, para usar um termo caro à nossa trajetória, um instrumento político de novo tipo é a maneira pela qual uma roda menor movimenta uma roda infinitamente maior. O partido não é definido como a “roda menor”, ou seja, não se restringe ao círculo de vanguarda, a uma pequena organização conspirativa de revolucionários que imporia, de fora pra dentro, os rumos políticos ao conjunto do movimento. Tampouco se refere ao partido como a “roda gigante”, ou seja, um conjunto de lutas dispersas, diluindo a organização dos revolucionários no movimento espontâneo da classe. O partido é definido como a maneira pela qual essa roda menor consegue movimentar uma roda infinitamente maior, ou seja, a maneira de integrar numa mesma estratégia o conjunto das forças de que necessita a revolução (conjunto que compreende não somente a classe trabalhadora, o que já é muito, mas toda uma gama variada de classes e frações de classe que podem ser atraídas por ela). O Partido corresponde, a cada época histórica, à forma diversificada pela qual os revolucionários equacionam a relação entre a organização política de vanguarda e o conjunto da classe, sua capacidade de impulsionar um enorme movimento de massas em direção à conquista do poder.

**68. Esse problema adquiriu enorme complexidade em nosso tempo.** Em primeiro lugar, a classe trabalhadora se diversificou e está mais dispersa, principalmente a partir da reestruturação produtiva e do advento do padrão de acumulação toyotista (com o conseqüente crescimento do setor de serviços, da terceirização e de uma imensa massa de trabalhadores excluída do mercado formal). Diante disso, os desafios de traduzir o conjunto das lutas econômicas no interior de uma estratégia política tornou-se bem mais complicado, em particular pelo distanciamento de boa parte das organizações sindicais de suas bases e da influência do chamado “sindicalismo de resultados”.

**69. A luta de classes já não se expressa exclusivamente em termos de capital e trabalho.** As lutas contra as opressões de gênero e raça são partes constitutivas da classe trabalhadora como sujeito histórico, sem falar da importância crescente de lutas pela diversidade sexual, pelo direito à

moradia, etc. Em segundo lugar, a burguesia aprendeu com sua história e aperfeiçoou enormemente seus mecanismos de dominação. O Estado não é, em nosso tempo, somente uma estrutura vertical centralizada de dominação pela força. A burguesia criou uma enorme rede de instituições e entidades (os chamados “aparelhos privados”) para resguardar o centro do poder político de qualquer ataque frontal. São instrumentos utilizados cotidianamente para matar o movimento revolucionário em seu nascedouro, não apenas pela repressão direta mas impedindo o avanço da consciência de classe. Em outras palavras, passou a dominar combinando coerção e consenso, ou seja, a conquista do poder exige agora a batalha pela hegemonia.

**70. Para responder a esses desafios, já não nos basta pensar o partido como a estreita organização da vanguarda revolucionária altamente coesa e disciplinada.** O mais importante é responder como a vanguarda pode unificar em torno de si um conjunto muito mais amplo e fluído de elementos da classe trabalhadora em suas diversas expressões. Fazer da classe um movimento contínuo em direção à conquista do poder político, que não seja facilmente destruído pela repressão ou pela cooptação ideológica de seus membros. A partir da maior complexificação, tanto do sujeito revolucionário quanto do próprio aparelho de Estado Moderno (na concepção do revolucionário italiano Antonio Gramsci), três elementos fundamentais convergem como condição para a existência do instrumento político:

- i. Um primeiro elemento mais difuso de homens e mulheres cuja ligação com os revolucionários se dá muito mais pela aceitação e confiança no seu programa e em sua prática política. Esse grupo só constitui uma força social se houver quem os discipline e os centralize no interior de uma estratégia revolucionária. Trata-se da base social mais ampla dos movimentos populares e sindicais, daquilo que as diversas frentes de massa conseguem movimentar de forma unitária. Um grupo enorme de indivíduos que pode estar mais ou menos distante das instâncias da organização, ter pouco ou nenhum conhecimento sobre seu funcionamento interno, que individualmente podem sequer saber como ela se chama e, ainda assim, se assumir

como parte da mesma pela confiança que inspira, pela identidade com sua estratégia política.

ii. Um elemento principal de coesão que centralize no plano nacional o conjunto de forças de que necessita a revolução. Trata-se da necessária organização da vanguarda da classe trabalhadora, formada por uma coluna de quadros militantes com capacidade inventiva e poder de atração pelo exemplo. Gramsci explica da seguinte forma: “Fala-se de capitães sem exército, mas na verdade é mais fácil formar um exército do que formar capitães. Tanto isso é verdade que mesmo um exército já formado pode ser destruído se lhe faltam capitães, enquanto a existência de um grupo de capitães harmônico, coeso entre si, com objetivos comuns pode rapidamente formar um exército, mesmo onde não existe nada”

iii. Um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo, que os coloque em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. Esse elemento intermediário é fundamental para fazer com que uma massa enorme de indivíduos se movimente numa mesma direção. As proporções entre esses três elementos irão variar em cada formação social específica, a depender da correlação de forças concreta entre as classes encontrada a cada período.

**71. A reorganização da esquerda exige reunir o maior número possível de lutadoras e lutadores populares em torno do objetivo da conquista revolucionária do poder de Estado.** Devemos identificar como a unificação da esquerda atual em torno desse objetivo pode atrair progressivamente para si todas as forças necessárias à revolução brasileira. A grande questão colocada para a reorganização da esquerda brasileira é como colocar o conjunto das lutas e contradições concretas vividas pela classe trabalhadora no patamar superior da construção de uma força social para a conquista do poder político, que chamamos de Projeto Popular para o Brasil nas nossas formulações. No Brasil, o processo de constituição da classe em si em classe para si corresponde, como nos ensinou Florestan Fernandes, à conversão das tarefas específicas de uma revolução dentro da ordem (a reforma agrária, a reforma urbana, a luta pela saúde pública, pelo direito ao trabalho digno, pela democratização da mídia, etc.) em revolução contra a ordem (processo no qual a classe se organiza com

vistas à conquista do poder político).

**72. A tarefa de reorganização da esquerda brasileira não é recente, mas a novidade reside na compreensão geral dessa necessidade pelo conjunto da esquerda e por um amplo espectro de forças sociais.** Assim, o que nos desafia é como intervir nesse processo para superar os limites do ciclo anterior em uma conjuntura francamente desfavorável às forças populares, não obstante o aumento de sua capacidade de luta. O processo de reorganização será marcado pelo comportamento da esquerda diante de dois elementos da correlação de forças atual: de um lado, a reunificação burguesa em torno da estratégia conservadora de saída da crise; de outro, uma esquerda ainda fragilizada e distante da jovem classe trabalhadora, sem um projeto próprio capaz de enfrentar a estratégia burguesa.

**73. A tarefa central é inserir o Projeto Popular como alternativa de poder.** Em nossa II Plenária Nacional “Aurora Maria do Nascimento Furtado”, apontamos que o rebatimento da crise internacional aprofundaria a disjuntiva entre a saída colocada pelo Projeto Popular e uma saída impulsionada pelo imperialismo. Analisamos que “no plano político, essa saída (do imperialismo) pode ser acompanhada por um ascenso de governos fascistas no centro e periferia capitalista”. A principal diferença da conjuntura atual, marcada pela estratégia burguesa de saída da crise é a necessidade e possibilidade concreta de colocar o Projeto Popular como alternativa de poder. Para isso, nossa tarefa é construir, a partir das precárias condições atuais, a entrada em cena do Projeto Popular enquanto força social e política, mesmo sabendo que existem muitas dificuldades para unificar a esquerda recém saída do ciclo PT em torno dessa estratégia.

**74. A unidade das forças populares é o primeiro passo para a reorganização da esquerda.** A Frente Brasil Popular é uma novidade nesse processo porque, pela primeira vez, temos um instrumento capaz de equacionar uma política de frente ampla (unidade das forças de esquerda em torno de um programa político) com a construção de força própria do Projeto Popular. Como uma parcela cada vez mais ampla da militância social enxerga o limite das táticas utilizadas até aqui, passou a buscar na Frente Brasil Popular um caminho político e organizativo.

**75. A compreensão da reorganização da esquerda em curso exige o melhor entendimento do significado da própria Consulta Popular.** Temos hoje uma coluna de militantes e quadros dispostos a dotar nossa construção e lutas de maior coesão política e disciplina. Esse é um patrimônio precioso para o período que enfrentamos. Entretanto, a Consulta Popular não se resume ao círculo restrito de quadros militantes que integram suas instâncias organizativas, embora sejam imprescindíveis. Na nossa história, não houve uma única tática implementada com eficiência que não tenha levado em conta a relação com um campo muito mais amplo. Sem a capilaridade e força política de movimentos como o MST, o MAB, MTD, MOTU, MMC, MCP, MPA e o conjunto dos movimentos da Via Campesina, os setores combativos da Igreja Católica, núcleos na Marcha Mundial das Mulheres, setores do sindicalismo combativo e o Levante Popular da Juventude, não teríamos sentido enquanto organização política.

**76. O pressuposto para a nossa organização é conferir maior unidade política e ideológica ao campo político do Projeto Popular.** Esse campo político não apenas dá sentido à Consulta Popular, mas representa o melhor potencial como polo aglutinador de um novo ciclo da esquerda brasileira. Precisamos conferir coesão ao conjunto de movimentos populares que nos deram origem para viabilizar uma intervenção mais ampla no processo em curso de reorganização da esquerda. O nosso exemplo pedagógico é o ponto de partida para fortalecer a unidade da esquerda em torno de valores e objetivos comuns.

**77. É urgente superar nossas fragilidades organizativas.** Será difícil corresponder ao objetivo de unificar nosso campo e manter o conjunto da esquerda unificada na Frente Brasil Popular se a própria organização não for dotada de profissionalismo e coesão. O círculo de quadros militantes da Consulta é bastante restrito, mas mantê-lo e ampliá-lo é uma necessidade para a própria defensiva estratégica exigida pela conjuntura atual. Daí a importância de enfrentar os desafios organizativos internos para dotar a militância de condições políticas, ideológicas, mas também estruturais, de cumprir da melhor forma suas tarefas para a Revolução Brasileira.

# DESAFIOS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

**78. Profissionalizar a Consulta Popular, dotando a organização de** (1) Planos de construção nacional e estaduais: Definir prioridades e metas e especializar tarefas. (2) Método de direção: O primeiro passo é envolver um conjunto maior de dirigentes do nosso campo e incluir como parte do processo decisório a escuta e diálogo com as direções desses movimentos populares. Um segundo passo importante é a ampliação do número de militantes liberados, dedicados à construção da organização nacionalmente e em cada estado. (3) Maior acompanhamento dos estados e núcleos: buscar diminuir a heterogeneidade organizativa entre os estados (com fortalecimento das direções e elaboração de planos de construção). (4) Levantar as razões da transitoriedade da militância e orientar a organização em medidas que superem o desafio de permanência dos quadros na organização. (5) Debater o papel dos setores, tamanho, estrutura, forma de funcionamento e o papel da auto-organização em relação às opressões de gênero, raça e sexualidade.

**79. Crescimento quantitativo e qualitativo da organização.** Devemos nos colocar como desafios: (1) Dobrar de tamanho em três anos. (2) Avançar na inserção em setores e cidades estratégicas. (3) Avançar na nucleação de militantes de setores estratégicos do proletariado (mulheres, lgbtt, negros e negras, sindical, igreja e outros). (4) Expandir-nos para estados onde não estamos. (5) Aperfeiçoar e qualificar um método nacional de nucleação, que contribua para uma política de recrutamento continuada. (6) Rever como os dirigentes dos movimentos do campo participam da estrutura organizativa. (7) Proporcionar troca de experiência e sistematização sobre funcionamento dos núcleos, com o desafio de garantir a maioria da militância inserida em atuação para fora da organização, levando em consideração os setores estratégicos. (8) Produzir uma nova cartilha sobre os núcleos. (9) Colocar-nos como referência para uma militância órfã de um instrumento político dedicado à revolução, com centralidade na luta e organização populares. (10) Vacinar-nos contra o reformismo, compreendendo seus limites para o processo revolucionário.

**80. Avançar na efetivação de uma política de finanças, que inclua iniciativas desde os núcleos.** É fundamental superar, definitivamente, o método artesanal da sustentação material da organização. A tarefa de finanças é inseparável de nossa construção política e exige profissionalismo e dedicação constantes. Uma vez incorporada a preocupação, é necessário traduzir em ações concretas, organizadas e monitoradas através do estabelecimento de metas. Pensar em empreendimentos que gerem divisas, coletivos e profissionais, que possam se transformar em alternativa de trabalho para os militantes, a qualificação de quadros dedicados ao levantamento de recursos e a sustentação material da organização.

**81. Qualificar a Direção Nacional e a Secretaria Operativa.** É preciso fortalecer um núcleo dirigente capaz construir um instrumento forte e coeso com confiança política e direções nos estados. Para isso, são passos fundamentais: (1) Ter um conjunto maior de integrantes da DN e da secretaria liberados. (2) Desenvolver um método de direção para o conjunto do campo político, contribuindo para superar deficiências nos estados decorrentes da fragilidade das instâncias. (3) Reforçar a prática sistemática da crítica e autocrítica nos núcleos e direções como ferramenta para avaliar e avançar mais, desenvolvendo o organismo coletivo.

**82. Profissionalizar, expandir e diversificar a Escola de formação da Consulta Popular.** (1) Garantir que tenha regularidade e caráter nacional e aperfeiçoar objetivo, método e conteúdo. (2) Produzir a cartilha da escola de formação. (3) Capacitar facilitadores dos módulos nossa escola, tanto para o Curso de Formação de Militantes, como para o Curso de Formação de Quadros. (4) Reforçar o cultivo da mística e a apropriação e estudo dos princípios e valores de uma prática militante socialista e humanista. (5) Consolidar o nosso leito histórico revolucionário latino-americano. (6) Qualificar nossa compreensão do marxismo como ciência da sociedade e da história, de modo a enfrentar os complexos desafios que tendem a ser colocados neste próximo período. Munidos desta qualificação, seremos capazes de extrair as lições teórico-históricas de nossas experiências e enfrentar toda a gama de teorias pós-modernistas e revisionistas que ressurgem constantemente, exigindo-nos um firme posicionamento

# CARTA DA 5ª ASSEMBLEIA NACIONAL ZILDA XAVIER

*“Os que virão serão povo e saber serão,  
lutando”, Thiago de Mello*

**N**a cidade de Fortaleza (CE), reunidos entre 13 e 17 de novembro, no mês da Consciência Negra, e também do assassinato do comandante Marighella, nós, 850 lutadoras e lutadores do povo, vindos de 24 estados do Brasil, realizamos nossa 5ª Assembleia Nacional Zilda Xavier, na qual reafirmamos a construção da luta no seio do povo e a necessidade de unidade das forças democráticas e populares em torno de um projeto estratégico de poder.

Denunciamos que o governo ilegítimo de Temer e as forças golpistas aplicam o receituário do capitalismo financeiro internacional: desmantelamento do Estado democrático; perdas de direitos da classe trabalhadora; privatização dos bens da natureza e das empresas públicas; subordinação à política externa dos EUA.

Reconhecemos a importância das conquistas no período de governos anteriores, porém apontamos que o poder e a política devem se pintar de povo, de consciência, de pertença da classe trabalhadora à organização popular, para construir força social rumo a um Estado sob hegemonia da classe trabalhadora.

Somos construtores e construtoras do Projeto Popular para o Brasil, projeto de país que resolva os problemas do povo brasileiro, via reformas estruturais e de base. Trabalhadores, mulheres, LGBTs, camponeses, negros e negras, juventude, setores médios e democráticos se reconhecerão nesse projeto. O momento de polarização política entre as classes sociais reforça sua atualidade.

A Frente Brasil Popular, mais que um espaço de resistência contra o golpe, é lugar de coesão e unidade de todas as forças democráticas e populares, de defensiva e resistência, mas soprando o vento de um novo ciclo de avanço de nosso povo contra a entrega da nação. Com o exemplo pedagógico das lutadoras e lutadores do povo, a Frente também é raiz a se espalhar em cada cidade.

Sabemos que as eleições de 2018 vão refletir a polarização da luta de clas-

ses e não mediremos esforços no sentido de defender a candidatura de Lula, de modo que o governo popular se comprometa com a convocatória de uma Constituinte, inaugurando uma nova constitucionalidade, marcada pelos interesses do povo, para que os direitos da população sejam restituídos. Enfim cumprindo a tarefa histórica, ainda inconclusa, de democratização do país.

Respiramos, nesses cinco dias, a simbologia revolucionária, ao recordar o legado da dirigente Zilda Xavier. A homenagem a líder feminista e revolucionária é um convite a buscar na luta contra a ditadura militar força para os novos desafios: a ousadia, a capacidade organizativa de Zilda, a confiança política, a ação forjando o instrumento político. Este é o rio da História no qual nossa vela se sustenta. Nosso caminho é de dores, mas de alegrias e de mística revolucionária.

Nesses vinte anos, reafirmamos nossos compromissos com a soberania, sustentabilidade, democracia, solidariedade, desenvolvimento e feminismo enquanto nossos princípios.

Plantamos, em conjunturas difíceis, a flor e o caule da revolução brasileira, que não se rompe diante de conjuntura de cerco e ataques por parte dos inimigos do povo. Saímos da Assembleia fortalecidos em unidade, lealdade, nos princípios do internacionalismo e solidariedade entre os povos. Com energia para a construção de um projeto: Somos Projeto Popular!

Marchar, lutar, somos a Consulta Popular!

Pátria Livre, Venceremos!

Fortaleza, 17 de novembro de 2017.



## **Expediente:**

A **Cartilha 25** é uma publicação da Consulta Popular

**Produção:** Consulta Popular - Equipe de Sistematização

**Fotografia e artes:** Equipe de Comunicação Consulta popular

**Ilustração capa:** Carlos Santos-Moleque

**Diagramação:** Diva Braga

**Secretaria Operativa**

**Endereço:** Rua Lopes de Oliveira, 635,

Barra Funda, São Paulo - SP.

Telefones: fixo: (11) 31046746

[www.consultapopular.org.br/](http://www.consultapopular.org.br/)

[www.facebook.com/Consulta-Popular](https://www.facebook.com/Consulta-Popular)

1ª Edição - Maio de 2018

**PARA LER, ESTUDAR E OUVIR**

# Brasil de Fato

UMA VISÃO POPULAR DO BRASIL E DO MUNDO

O Jornal Brasil de Fato tabloide circula regularmente no Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba.

expressão  
**POPULAR**

Sábado e domingo  
é dia de ouvir:



**PROGRAMA**   
**BRASIL DE FATO**

**Sintonize**  
na sua rádio  
em SP, PE, MG ou RJ

**Rádio 9 de Julho**  
1600 AM | São Paulo  
Sábados: 12h20 às 13h  
Domingos: 6h20 às 7h

**Rádio Clube**  
720 AM | Recife  
Sábados e domingos:  
7h às 8h

**Rádio Autêntica**  
106,7 FM | Belo Horizonte  
Sábados: 1h às 12h  
Domingos: 7h às 8h

**Rádio Fluminense**  
540 AM | Rio de Janeiro  
Sábados e domingos:  
9h

**Brasil de Fato**



20 anos  
Consulta Popular

por um projeto popular para o Brasil